

Silva Cunha e Moreira Baptista: liberdade condicional

Os deputados do Partido Social Democrata do Parlamento português, Silva Cunha e Moreira Baptista, foram libertados em liberdade condicional...

Rasil Roa em Lisboa

Rasil Roa, ministro da República Democrática da Alemanha Oriental, chegou a Lisboa a bordo de um avião da companhia alemã...

MDE/S: Plano de estudo

MDE/S: Plano de estudo para o ano lectivo de 1974-75. O plano prevê a realização de exames nacionais...

Da Shell para o B.I.P.

FORN LIFECATERE acaba de anunciar a Shell que Portugal vai aderir ao B.I.P. (Brussels Industrial Programme)...

Ministério do Trabalho prepara subsídio de desemprego

O Ministério do Trabalho prepara um subsídio de desemprego para os trabalhadores que não tenham sido contratados...

Angola: Boia Colômbio volta a ESPALCO. No norte segue de Moçambique para a zona de fronteira de Inyanga.

Os bispos de Moçambique dispõem a renunciar em prol de bispos africanos. Na Inglaterra o golpe de Estado fascista os oficiais reformados?

Chile um ano depois. A economia nacional em conjuntura depressiva.

Independência de Moçambique para 25 de Junho

SECUNDO o protocolo que será assinado em breve com o Conselho de Segurança da ONU, a independência de Moçambique será proclamada em 25 de Junho de 1975...

Em termos de prazo, não há dúvida de que a independência de Moçambique será proclamada em 25 de Junho de 1975...

Guiné-Bissau

Só em Lisboa haverá cerimónia

(com a presença de uma delegação do P.A.I.G.C.)

Guiné-Bissau: Só em Lisboa haverá cerimónia de independência. A delegação do P.A.I.G.C. chegará a Lisboa...

Este tipo de subsídio será semelhante ao que já existe em Portugal para os trabalhadores que não tenham sido contratados...

Em termos de prazo, não há dúvida de que a independência de Moçambique será proclamada em 25 de Junho de 1975...

Guiné-Bissau: Só em Lisboa haverá cerimónia de independência. A delegação do P.A.I.G.C. chegará a Lisboa...

105 oficiais da Armada obrigados a passar à reserva

81 000 desempregados. Como resultado da falta de trabalho, cerca de 81 000 portugueses encontram-se desempregados...

105 oficiais da Armada obrigados a passar à reserva. O Ministério da Defesa Nacional decidiu...

Partidos e lei eleitoral pontos quentes do C. de Ministros. O Conselho de Ministros discutirá...

Partidos e lei eleitoral pontos quentes do C. de Ministros. O Conselho de Ministros discutirá...



O CHEFE VENCEDOR! Foi a palavra de ordem no espírito do apoio ao povo chinês...

Partidos e lei eleitoral pontos quentes do C. de Ministros. O Conselho de Ministros discutirá...

OMEGA COSMIC 2000. Um novo conceito em relógios impermeáveis. OMEGA tem a confiança do Mundo.

4 horas em notícia

Silva Cunha e Moreira Baptista: liberdade condicional

O GABINETE do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas informou que foram libertados os antigos ministros da Defesa e do Interior Silva Cunha e Moreira Baptista. Já na quinta-feira, contou que Moreira Baptista se encontrava em Lisboa, mas só ontem à noite foi dada confirmação oficial.

Afirma o comunicado do Estado Maior General que a libertação se deve a parecer das auditorias jurídicas militares, segundo as quais a detenção não se justificaria legalmente face aos dados já apurados. A libertação é condicionada e estabelece residência fixa em Lisboa, saída de casa sob controlo das Forças Armadas e proibição de actividades políticas. Os respectivos processos judiciais foram já enviados a Tribunal Militar.

Raul Roa em Lisboa

RAUL ROA, ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, chega amanhã a Lisboa, a convite do ministro dos Negócios Estrangeiros português.

Roa estará cerca de vinte e quatro horas em Portugal, sendo recebido pelo primeiro-ministro e pelos ministros sem pasta e tendo conversações com o seu colega português (o Mário Soares não tiver ainda chegado de Lusaka, substitui-lo-á o secretário de Estado, Jorge Campino). No domingo à noite, o ministro dos Negócios Estrangeiros cubano jantará no Tavares com Mário Soares, Jorge Campino, Vítor Alves, Álvaro Cunhal, Magalhães Mota, Salgado Zezha, além do encarregado de negócios do seu país e de altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros português.

MDE/S: Plano de estudo

MDE/S tem vários economistas a estudar um modelo de desenvolvimento económico a longo prazo para Portugal, que deverá ser apresentado às autoridades governamentais. Para além dos técnicos portugueses com que conta neste momento o MDE/S terá ao nosso país economistas estrangeiros de renome mundial.

Da Shell para o B.I.P.

JOÃO LENCASTRE actual administrador da Shell em Portugal e o único administrador delegado português que aquela empresa teve no nosso país, vai para presidente do conselho de administração do B.I.P.

Em sua substituição a Shell contratará um administrador estrangeiro.

No B.I.P. João Lencastre irá substituir Jorge de Brito, principal accionista e fundador do Banco.

105 oficiais da Armada obrigados a passar à reserva

EM ORDEM do Estado Maior da Armada, de 2 de Setembro de 1974, foi publicada uma lista de 105 oficiais de diversas classes da Armada que deverão passar à situação de reserva, de acordo com o Decreto-Lei n.º 309/74, de 8 de Julho passado, que instituiu o processo de saneamento nas F.A. Os oficiais saneados correspondem a cerca de 10% do quadro permanente da Armada e pertencem às seguintes classes: Marinha; Engenheiros Construtores Navais; Engenheiros Maquinistas Navais; Administração Naval; Serviço Geral e Fuzileiros.

Por outro lado, sabe-se também que oficiais da marinha patente — comendados e almirantes — que não fazem parte da lista publicada, foram convidados a pedir voluntariamente a sua passagem à situação de reserva.

Entretanto, a oposição à medida de saneamento não se fez esperar: na noite da passada quinta-feira, efectuou-se uma reunião de oficiais da Armada — a que estiveram presentes elementos saneados e outros que com eles se solidarizaram —, onde foi aprovada uma moção pedindo a suspensão da execução do decreto-lei que institucionaliza o processo das passagens compulsivas à reserva até que os atingidos pela medida possam ser ouvidos ou, pelo menos, tenham possibilidade de apresentar os seus depoimentos por escrito.

Compõem a lista de saneados das diversas classes e postos da Armada, 26 capitães de mar e guerra; 26 capitães de fragata; 23 capitães-tenentes; 17 primeiros-tenentes; 11 segundos-tenentes e 2 sub-tenentes.

1. Classe de Marinha

Capitães de Mar e Guerra: Daniel Farrajota Rocheta; Henrique Alexandre da Fonseca; Vasco António Martins Rodrigues; José Ferreira Braga de Pina Cabral; Fernando José Guerra Limpo Toscano; José Luiz Ferreira Lamas; Virgílio Rodrigues da Cruz; Eurico Seradas Duarte; Joaquim Gormicho Boavida; Thomas de Mello Breyner; Paulo Manuel Belmarço da Costa Santos; Manuel de Sousa Barbosa; José Manuel Gonçalves Pestana; Malhado; José Artiga Barreiros; Manoel Mateus da Cunha Chagas; Raúl de Sousa Machado; Joaquim Baptista Vegas Soeiro de Brito; Ovídio Baptista Borges; Alberto Silva Lopes Praga; Armando António Pinheiro Saraiva.

Capitães de Fragata: Joaquim Armando Cabeçadas da Silva Reis; Manuel Gonçalves Pinto; Rui Ricardo Silvestre Quaresma; Carlos Benavido dos Reis da Fonseca; Manuel Rocha Santos Prado; António Joaquim Guedes Soares; Eduardo Pombeiro Gomes Pereira; Nuno Henrique do Vale e Almeida Pinto; Silvano José Freitas Branco; Francisco Viriato Castro Gomes; Eurico Botelho Neves; Rodolfo da Veiga Prata de Vasconcelos Castelo.

Capitães-Tenentes: Jorge Teles de Faria Correia Bastos; Jaime de Oliveira Leandro; João Carlos Sherman de Macedo Alvaes; Heronílio José Pereira Nunes; Amândio José Rosado; José Ollas Maldonado; Maxfredo Ventura da Costa Campos; Jorge Maria de Aviz Nunes Pereira; Virgílio Roma Pita Barros; Francisco José de Cabedo e Vasconcelos; Augusto Henrique Coelho Metzner; Eurico Fanha Neves da Costa; João Alexandre Neves Monteiro de

Macedo; Pedro Manuel Barreira Pessoa Lopes.

1.ºs Tenentes: Valterio Eduardo Ricardo Gonçalves; Carlos Frederico Leal Loureiro de Sousa; António Joaquim dos Santos Silva Miguel; Manuel Augusto Faria Alves.

2. Tenente: Francisco José Pacheco da Silva Oliveira.

Classe de Engenheiros Construtores Navais:

Capitão de Mar e Guerra: Joaquim Carlos Esteves Cardoso.

Capitães de Fragata: Bernardino Faria Rodrigues Cadete; Manuel da Costa Dornes Pinto.

3. Classe de Engenheiros Maquinistas Navais

Capitães de Mar e Guerra: Humberto Jorge Gonçalves Vieira; Virgílio Agostinho Ferreira Mourão.

Capitães de Fragata: Carlos Dias de Menezes; Amândio Alves Rodrigues; António Manuel Pina Entrudo.

Capitães-Tenentes: Carlos Alves Rodrigues; João Alberto Pereira Tomás; Miguel Ferreira Sequeira Braga; José Augusto Neto; Carlos Manuel Sequeira Braga Pimentel.

1.ºs Tenentes: Teófilo Pires

Tenreiro; António José Ferro Dias.

4. Classe de Administração Naval

Capitães de Mar e Guerra: Jorge Antunes; Artur Branco da Cunha; António Carlos Sousa da Fonseca.

Capitães de Fragata: António Gomes da Silva Cruz; Juvenal Martins Pereira de Carvalho; Angelo Blumark Soares de Melo; Flávio Lacombe; Armando dos Santos Serra.

Capitães-Tenentes: João Fernandes Mendes Barata; Manuel Ferreira Pinhal.

1.ºs Tenentes: Alfredo José da Costa Cabral Osório; Amadeu Cardoso Anais; Helder Figueiredo de Almeida.

5. Classe de Serviço Geral
Capitães de Fragata: José Gonçalves; António Pereira Branco; António Marques Paulino.
Capitães-Tenentes: Manuel Ferreira.

1.ºs Tenentes: Albertino Andrade; Renato Maria Assis; Carlos Alberto Fernandes Serra Gaspar;

Manuel Pedrosa; Fernando do Carmo Azeite; Marciano de Jesus Guerreiro.

2.ºs Tenentes: Vitor Manuel de Sousa Diniz; Luís Abreu Pacheco; Manuel António Barreira dos Santos; Jaime Torres de Lima; Fernando Gama Brandão; Jerónimo António de Almeida Idães; Jerónimo de Jesus; Francisco Estêvão do Carmo Oeiras; José do Nascimento Cabral; Manuel Margarido.

Sub-tenentes: Nabor Oscar dos Reis Santos; Mário Vaz Gil.

6. Classe de Fuzileiros

Capitão de Fragata: José de Almeida e Costa Cardoso Moniz.

Capitão Tenente: Humberto Jorge Santana.

1.ºs Tenentes: Alfredo José Geraldes Malheiro Masseder; Adélino Carlos Mendes da Silva.

Continúa na p. 16

Saneamento nas Forças Armadas

Continuação pág. 1

A SEGUNDA fase do saneamento nos quadros dos três ramos das Forças Armadas, que teria começado há mais de um mês, encontra-se praticamente concluída.

Enquanto a primeira fase de saneamento se limitava ao âmbito das altas patentes militares, visando a passagem à reserva dos oficiais mais directamente comprometidos, no plano político, com o regime anterior, esta segunda fase abrange todos os escalões dos quadros das F. A.

O critério seguido na segunda fase de saneamento nas F. A. parece ter levado fundamentalmente em conta não só os compromissos políticos manifestos com o regime derrubado a 25 de Abril, mas ainda casos de corrupção e de incompetência que poriam em causa o prestígio das Forças Armadas e a sua própria eficiência tendo em vista o cumprimento dos objectivos proclamados pelo M. F. A.

As listas dos oficiais que passam compulsivamente à situação de reserva teriam sido sancionadas pelos Estados-Maiores de cada ramo das F. A. A sua publicação teria sido, no entanto, rodeada de evidente reserva, o que leva a crer que a relação dos oficiais sancionados não se destinaria a ter carácter público, circunscrivendo-se aos círculos directamente afectados. Com efeito, embora se saiba que o processo de saneamento geral empreendido há já algumas semanas se encontra praticamente terminado, o EXPRESSO apenas conseguiu obter a lista dos oficiais da Armada que foram obrigados a passar à reserva, em ordem de serviço emitida pelo Estado-Maior da Armada e de que demos notícia.

O saneamento geral levanta algumas questões sobre a sua natureza e extensão. Em primeiro lugar, o saneamento geral agora efectuado poderia ser interpretado

como um avanço das posições do Movimento das Forças Armadas, contrariando assim a reacção dos círculos militares que consideravam já como "suficiente" a primeira fase do saneamento empreendida logo após o 25 de Abril.

Por outro lado, podem detectar-se essencialmente três correntes de opinião com posições divergentes sobre a extensão do saneamento geral: os que julgam esta segunda fase de saneamento como já "satisfatória"; os que a dizem "excessiva"; e, finalmente, aqueles que criticam a sua "limitação", pretendendo o prosseguimento do processo desencadeado a partir do triunfo do Movimento militar da Primavera passada.

No entanto, a "corrente" que perfilha a segunda posição — de acordo com a qual o saneamento efectuado seria "excessivo" — não parece homogênea nos argumentos em que fundamenta a sua discordância. Com efeito, entre os adeptos desta tese, encontram-se não só os que simplesmente defendem opções mais conservadoras do "status quo", mas também os que temem a constituição e fortalecimento de um "bloco dos sancionados" escapando ao enquadramento e "controlo" interno das F. A., que, segundo esta perspectiva, iria engrassar as forças da reacção.

No entanto, esta tese é rejeitada pelos partidários do processo de saneamento geral, não só por questões de princípio, mas também porque a permanência no seio das Forças Armadas de elementos politicamente comprometidos com o regime deposto ou responsáveis por acções ou comportamento considerados desprestigiantes, seria nociva à coesão da estrutura militar.

Entretanto, sabe-se que foi já publicada a lista de oficiais da Força Aérea que devem passar à situação de reserva ou cuja promoção ficará preterida.

Segundo as informações chegadas até nós, cerca de 10 por cento dos oficiais daquela ramo das Forças Armadas estão nesta situação. Esse saneamento não impede que posteriormente outro se verifique se assim se achar conveniente ou necessário.

Semana Nacional

Mário Soares: Americanos são nossos amigos

MÁRIO SOARES, Manuel Serra e Marcelo Curto foram aos Açores participar em conflitos de propaganda do Partido Socialista.

Sondado acerca de um possível encontro com americanos na base das Lajes, Soares declarou que não se tratava de negociar um acordo mas de responder a um convite da embaixada dos Estados Unidos para apreciar com os seus olhos a dimensão e o interesse das instalações militares; a propósito do novo acordo, cujas negociações agora se iniciam, o ministro dos Estrangeiros considera que ele deve, antes do mais, beneficiar os açorianos, "visto que nós somos aliados e amigos dos americanos e queremos manter essa base, mas pensamos que devemos ter com eles alguma contrapartida".

No currículo da Angra do Heroísmo Manuel Serra fez a apologia do socialismo e a imagem do cristão, Marcelo Curto debucou-se sobre a organização sindical e Mário Soares, depois de uma análise da conjuntura nacional, aproveitou para anunciar, como "um sendo hábito nos comícios de propaganda em que participa, o estabelecimento de novas relações diplomáticas.

Mais livros portugueses em França

FORAM publicados em Paris três traduções de livros portugueses: "LE PORTUGAL ET SON AVENIR", de Spínola, "L'OMBRE DE LA LIBERTÉ, de Álvaro Cunhal e "LES NOUVELLES LETTRES PORTUGUAISES", do trio Maria Velho da Costa, Maria Tereza Horta e Maria Isabel Barreno.

Portugal e Senegal: respeito pela O.U.A.

OS GOVERNOS de Lisboa e Dakar concordaram em estabelecer relações diplomáticas e em desenvolver cooperação mútua em conformidade com os princípios e objectivos da O. N. U. e, consequentemente, da Organização da Unidade Africana.

P.S.D.I.: Gosto pela "História"

O PARTIDO Social Democrata Independente, no seu comunicado "O P. S. D. I. e a neutralização do salazarismo/caetanismo face à necessidade de acelerar uma estratégia eficiente e operacional para o desenvolvimento socio-económico e progresso sociocultural do nosso país" diz a linhas tantas: "É não nos venham cá falar de tentativas de golpes das direitas". E pergunta-se se "não vai sendo tempo de ultrapassar um ambiente de história antifascista, sobretudo quando centrado na pouco liberal e democrática -caça aos fascistas?".

Acerca dos movimentos de massas, depois de fazer considerações sobre a actual situação política, afirma: "Tal como não nos deixámos impressionar pelas manifestações do 29 de Maio, nem pelas emboscadas da Cora de Iria, não nos deixemos também impressionar pelas manifestações do 25 de Abril, nem pelas emboscadas do Estádio da F. N. A. T. no 1.º de Maio... Na opinião do P. S. D. I., é necessário um "saneamento" da demagogia.

Revelando interesse pelos exemplos históricos, o comunicado termina perguntando: "Quem esquece, aliás, as manifestações espontâneas que conduziram Mussolini a Roma, que legitimaram Hitler no Bundestag, ou consagraram as purgas de Estaline?".

Cunhal em Peniche

ÁLVARO Cunhal é de opinião que "O anticomunismo tem como alvo principal o Partido Comunista", mas revelou ainda às pessoas presentes no comício de Peniche que a campanha reaccionária em curso tinha também como objectivo todas as forças democráticas e, inclusive, o M. F. A. Lamentou que o P. S. e o P. P. D. tenham atacado o MDP/CDE. E que na análise de Cunhal "as forças de reacção são ainda poderosas".

Confederação da Indústria Portuguesa — princípios democráticos

SEGUINDO foi revelado no princípio da semana, a C. I. P. preparou um projecto de relações comerciais com os países da COMECON, tendo em vista ultrapassar os modestos níveis comerciais de firmas portuguesas com o Leste. Segundo aquela associação, tal estratégia implica, entre outras coisas, estudos de mercados, política de vendas e formas de negociação.

Em comunicado quase simultâneo, a C. I. P. considera que está a ganhar mais representatividade, considera-se democrática e define a sua concepção de Economia: "Toda a actividade económica está ao serviço do homem, isto é, de todos os membros da colectividade nacional independentemente da sua posição, função ou categoria social (...). a comunidade democrática pressupõe um regime de liberdade e activa participação individual, em todos os planos da vida social, com exclusão de quaisquer formas de organização económica, social ou política baseadas na discriminação entre indivíduos ou classes sociais".

Pescada soviética

DESTINADO ao abastecimento do Norte do País, foram descarregados em Leixões, cento e cinquenta toneladas de pescada soviética, no primeiro negócio tratado directamente entre Portugal e a U. R. S. S.

Patriotas moçambicanos libertados

EM VESPERAS de reinício de negociações com a FRELIMO, foram libertados os últimos membros e simpatizantes daquele movimento nacionalista, num total de 21.

Spínola a Geisel: "Ampla Comunidade Internacional"

NA RESPOSTA-agradecimento do Presidente da República à mensagem enviada por Geisel por ocasião do acordo celebrado com o PAIGC afirma-se: "A nossa adesão ao princípio de autodeterminação e independência dos povos, interpretando com fidelidade os mais justos sentimentos das populações de Portugal permitirá que novas nações de língua portuguesa se juntem ao Brasil e a Portugal numa ampla comunidade internacional".

P. S. critica Lei sobre Greve

O PARTIDO Socialista, apesar de participar na coligação governamental, não se absteve de discordar das «contradições, ambiguidades e margem de arbítrio que o decreto-lei consigna ou possibilita», uma vez que se considera um «partido de trabalhadores».

Noutro comunicado, o PSP, considera necessário e possível transformar a Polícia «de inimigo violento em «serviço cívico de defesa do povo».

Os novos governadores- -civis e os ventos do 25 de Abril

O DISTRITO de Lisboa tem novo governador-civil. O arquitecto Mário Bruxelles foi dirigente da MUD juvenil, foi candidato pela CEUD às eleições de 1969 e pertenceu à Comissão Directiva da Sede.

O novo governador-civil do Porto, dr. Cal Brandão, propõe-se levar às autarquias locais os ventos da revolução de Abril; quase a terminar o seu discurso de posse, afirmou: «sou um socialista governador de distrito, mas não serei um governador socialista, quer dizer de facção».

Spínola, Costa Gomes e Vasco Gonçalves

O PRESIDENTE Spínola, COMA LARANJEIROS e VASCO GONÇALVES estiveram, antontem, à tarde, reunidos três horas no Balcão. «Tratamos de muitos assuntos na generalidade e nenhum em especial», afirmou António de Spínola depois da reunião.

3 meses depois a estratégia (confusa)

3 MESES depois da análise feita no EXPRESSO da estranha da direita portuguesa, alguns elementos novos permitem fazer o ponto da sua evolução até ao presente, bem como das suas principais perspectivas de actuação futura.

Durante o período de tempo decorrido concretizou-se o aparecimento dos vários partidos da direita muitos dos quais ainda só prenunciados então.

Se excluímos o Partido Nacionalista (o mais recente na sua criação, com nula actividade desenvolvida e que aglutina elementos da ex-Legião Portuguesa), teremos que os principais partidos e movimentos da direita legalista são os seguintes: Movimento Federalista — Partido do Progresso, Partido Liberal, Partido Trabalhista Democrático, Movimento Popular Português, Partido Democrático Cristão, Partido do Centro Democrático Social e Partido Social Democrata Independente.

É possível dividi-los em três grupos, de acordo com a sua actividade pública nestes três meses.

O primeiro grupo abrange o M. Federalista — Partido do Progresso, Partido Liberal e Partido do Centro Democrático Social, que promoveram algumas, (embora muito poucas) sessões públicas, difundiram comunicados e revelaram uma organização minimamente montada para a acção.

Noutro grupo entram o PSDI, o Partido Democrático Cristão e o Partido Trabalhista Democrático, que não promoveram praticamente sessões públicas (o PDC ainda efectuou duas ou três no início da sua actividade), mas têm revelado a sua presença através do envio de comunicados para os órgãos de informação.

O Partido Trabalhista e o Movimento Popular Português têm estado, de todos, os mais silenciosos.

Dificuldades de acção

Mesmo os partidos que, pela sua organização interna e meios financeiros, ambicionaram a uma acção intensa, têm deparado com inúmeras dificuldades:

a) a dificuldade de preparação de base de reuniões de esclarecimento e comícios que, conjugado com a reacção (organizada ou não) que tem suscitado a sua efectivação, explica o seu pequeno número. (Recordemos que o MF-PP organizou meia dúzia de reuniões públicas abertas, o Partido Liberal patrocinou uma dúzia de comícios, tendo deparado com problemas em alguns deles, como em Viseu, Lisboa e Setúbal, e o PCDS teve uma primeira série, da qual não concretizou os dois últimos em Portimão e Faro);

b) acesso pouco fácil aos órgãos de informação;

c) carências de leaders, a nível nacional e local;

d) pulverização de actividades, quer por fanatismo de ocasião, quer por dispersão ou contradicção das estratégias adoptadas.

A discriminação, no entanto, se tem sido evidente no caso da RTP e da rádio, já tem tendido a esboçar-se no que respeita à imprensa.

Só para falar na Imprensa diária, quer a «Capital» quer sobretudo os jornais do «Grupo Quina» têm dado relevo crescente a Partidos como o C. D. S. (a primeira), ou como o Liberal, o do Progresso e o Trabalhista Democrático (os segundos).

Adiante veremos como é que a Direita poderá emaiar rodear este obstáculo.

Liderança

A falta de leaders nos partidos da direita, que não sejam importados do regime deposto, e possuam mínima representatividade nacional e regional — é outro dos seus principais problemas.

Problema que transparece de sondagens recentemente feitas, e que revelam a ínfima percentagem da população portuguesa votante em 73 que consegue nomear, sem confusão, partidos da direita e reconhecer alguns dos seus vultos representativos. Os números são sistematicamente inferiores a 10%, e, na maioria dos casos, a 5%. Se compararmos estes valores com os da maioria percentual que conhece e localiza politicamente um Alvaro Cunhal, um Mário Soares, um Sá Carneiro, teremos muito viva a noção da «détachage» presente.

Simplemente, a falta de liderança tem repercussões de monta. Por um lado, na actuação dos respectivos partidos e no débil militantismo dos seus filiados. Por outro lado, encontra-se intimamente associada à campanha pública de cada partido para clarificar convincentemente a sua imagem política e imprimir as imagens de alguns ou alguns dos seus principais dirigentes.

Dispersão

Finalmente, tem sido sensível a dispersão de esforços dos vários partidos da direita, dispersão traduzida em estruturas paralelas, em acções sobrepostas, na coordenação de estratégias políticas.

Há três meses no EXPRESSO se escrevia que a primeira condição para o renascimento da direita seria a sua tendencial união, eventualmente salvaguardada pela

criação de uma extrema-direita, que constitua um aliado para a sua moderação.

Ora, três meses depois, um passo apenas foi dado no sentido dessa convergência: a Frente Democrática Unida (FDU).

Depois de, em vários comícios, o MFP/PP aparecer em conjunto com o MPP, o PL e o PTU, a FDU apenas englobou o primeiro e os dois últimos. O Movimento Popular Português (que, desde o início se apoiou no grupo «Instituição-Vector») permaneceu isolado aparentemente prosseguindo a sua ambição inicial: a de ser um movimento de reatuação, coordenador da acção de toda a direita.

Fora do FDU continuaram a estar o PDC e o PSD, tal como o CDS, que acompanhou o apoio daquela coligação, mas quis reservar para si uma posição independente, mais moderada.

FDU

Ouidos os dirigentes da FDU, acerca dos seus objectivos, eles responderam que eles eram a criação de estruturas que integrassem todos os partidos políticos de inspiração não marxista, e que tinha simultaneamente, como finalidade principal, o velar pelo efectivo cumprimento dos objectivos e planos do programa do MFA, na parte que se refere à transmissão de poderes, pelos órgãos representativos livremente eleitos. Também considera a FDU, que esta combinação tem como objectivo de primordial importância a criação de condições efectivas do pluralismo partidário, e mesmo até das condições necessárias à própria realização das eleições.

Sendo assim, a FDU parece não aceitar a qualificação de entidade aglutinadora da direita radical, para preferir estar aberta à associação futura de outros partidos da direita, de momento dela afastados.

Os observadores políticos apontam, contudo, três pontos significativamente negativos para a genese da FDU:

1. O facto de só ter abrangido três dos vários partidos e movimentos potencialmente eligeáveis;
2. O não ser um partido, mas apenas uma estrutura de cúpula, que deixa imunes as diversas estratégias partidárias. Quando seria legítimo esperar o nascimento de um só partido, perpetuam-se as separações institucionais;
3. Ouidos sobre as linhas de orientação futura, elementos do Partido Liberal (que é um dos três da FDU) foram muito claros em explicarem que, apesar da formação da FDU, cada partido actuará independentemente em relação às eleições, o que de certo modo não deixará de constituir uma surpresa no meio político português.

MFP: um técnico americano

Disse-nos indignado. Gavão da

Cunha Ferreira, membro do directório do Partido Liberal, que veio da Convergência Monárquica (do grupo mais conservador, que não aderiu ao Partido Popular Monárquico): «Estamos todos a brincar às pátrias, quase não temos o direito de cidade; não temos o menor acesso aos órgãos de informação, os comunicados que enviamos aos jornais ou não chegam a ser publicados, ou só chegam se são publicados, ou só chegam se são publicados, ou só chegam se são publicados...»

E se consideramos isoladamente a estratégia de cada um dos membros da FDU: Quanto ao MFP/PP, a sua actividade de reuniões públicas concentrou-se em Lisboa, Porto e Braga, e a actividade editorial traduziu-se na publicação do «Tribuna Popular», com influência muito limitada. Até ao momento, não fez campanha na TV, na rádio, na imprensa nem através de cartazes.

A sua linha de orientação no órgão oficial tem sido a de um claro ataque anti-comunista, e da defesa de orientações muito conservadoras, designadamente contra a descolonização em África. Parece bater-se por uma unidade anti-marxista, não compreendendo muito bem a forma como partidos como o CDS o relegam para uma posição afastada.

Do ponto de vista de militância, ele foi muito accentuado até ao começo das férias de Verão, após o que se notou franca queda na actuação.

E, contudo, a campanha do Movimento Federalista — Partido Progresso prometia...

De facto esse partido recebeu recentemente a visita de um técnico americano em marketing político, com fim de melhor orientar a sua campanha de publicidade com vista às próximas eleições.

Além, consta que o CDS, tentou igualmente contactar o mesmo técnico, mas que o Partido do Progresso, ao ter conhecimento desse facto, recusou absolutamente que o referido técnico trabalhasse para a mesma causa, «mas das eleições, mas ao serviço de partidos diferentes...» E assim, exigiu desse «elemento de marketing estrangeiro, os seus serviços exclusivos.

Ouidos sobre este ponto, Miranda Barbosa, dirigente do MFP/PP, confirmou: «O Partido do Progresso tem sido a preocupação de estabelecer contactos com vários técnicos estrangeiros, exclusivamente profissionais, e não ligados a quaisquer organizações partidárias, a fim de obter um apoio especializado que em Portugal não conseguiria. De resto, o técnico a que se refere, não está de momento no nosso país, embora de facto já cá tenha estado, mas é possível que regressa para uma maior permanência.

Aquando da sua visita, ele teve conversas conosco sobre técnicas de actuação e organização do Partido, e levou depois material com ele para estudos pessoais que deve registar por estes dias, já com um esquema de actuação eleitoral a propósito.

Sobre esta actuação Miranda Barbosa opina: «Porque não há aqui nenhuma espécie de experiência de organização partidária, com excepção do Partido Comunista, estes técnicos não exactamente ajudados a montar uma máquina eficiente e fundamentalmente a realizarmos estudos de opinião, sondagem, cuja execução vai depois ser confiada a uma empresa portuguesa. Estes estudos não são em princípio divulgados mas destinam-se antes de orientar a actuação do Partido, preocupado em ir ao encontro dos desejos ou aspirações das populações, sem todavia transgredir com o seu idealário.

Disse-nos ainda, no âmbito deste questionário, Miranda Barbosa, que as despesas de deslocação e actuação do técnico americano, ao contrário do que seria de supor, não se cifraram em nada de «mirabolante», ficando apenas pelo que é «normal» mesmo para um Partido que, segundo ovismos, não anda em dinheiro...

Esta tendência para o alto grau de preparação técnica da campanha eleitoral, parece ser uma das dominantes do presente momento político, já que (que se saiba) o P. S. P. deverá vir a beneficiar do apoio do Partido Socialista Francês, e o P. P. D. já realizou várias sondagens à opinião pública e tem muito avançado esquema com ligação a técnicos estrangeiros, experimentados em campanhas parlamentares e presidenciais.

Quanto ao MFP/PP é visível um certo retardamento nesta corrida, mas ainda assim um avançado relativo sobre os demais partidos da direita.

A própria clarificação da linha do partido em pleno meado de Setembro, não é evidente:

«Estamos conscientes que a situação política portuguesa se irá alterar permanentemente até à data provável das eleições, o que irá fortemente modificar as posições dos vários partidos em relação a problemas concretos importantes, o que aliás se tem vindo a verificar. É nossa preocupação por isso, não definir prematuramente um programa permenorizado, de promoção, que em vésperas de eleição, exigisse inevitáveis correções.

O nosso programa e essas linhas de actuação têm sido definidas progressivamente através do nosso jornal «Tribuna Popular», e mais proximadamente das eleições serão publicações cadernos de doutrina e de soluções referentes aos vários importantes sectores da política nacional.

Sobre o questionário que o MFP/PP enviou para algumas cidades do país, Miranda Barbosa esclareceu: «É facto que existiu um estudo de opinião que foi elaborado pelos nossos técnicos de propaganda. Mas apenas o enviamos onde sabíamos que o Partido teria uma certa receptividade, e portanto, fortemente como houve logo de início, uma certa selecção na distribuição pelo menos 50 das respostas foram de simpatia, ou pelo menos de adesão. Esse questionário foi distribuído pelo correio, e em alguns lugares onde somos porventura mais conhecidos, era distribuído mão a mão, por vezes, as respostas recebidas ali mesmo.

da direita portuguesa

Um tema será dominante na campanha deste partido: a utilização da via religiosa como meio de propaganda anticomunista. Isto mesmo foi admitido, embora com a preocupação de não o acentuar demasiado, pelo dirigente do MFP/PP: «Não é evidentemente, nossa intenção explorar a religião! Isto, embora toda a escala de valores em que assentamos o nosso ideário, tenha conotação com as religiões cristãs, nomeadamente com a católica. Por conseguinte vamos chamar a atenção das pessoas para o facto de determinadas ideologias propostas por partidos marxistas, não respeitarem essa escala de valores.»

«Bancos nos expõem efectivamente todos os aspectos relacionados com a soberania da Igreja Católica em Portugal, serão certamente definidos em primeira linha pela própria hierarquia. Em resumo, posso dizer que não temos a intenção de basear a nossa luta política na exploração demagógica e oportunista dos sentimentos religiosos da população.

Nós somos profundamente anticomunistas, mas vamos basear o nosso programa não propriamente na perspectiva negativista, mas fundamentalmente afirmativa, isto é, defendendo portanto valores e soluções que são intrinsecamente inconciliáveis com as propostas pelos partidos marxistas.»

Partido Liberal: pela união

Continuando a percorrer os partidos da direita activos, e deixando de parte o Partido Trabalhista Democrático (que não promoveu ainda nenhum programa de esclarecimento isolado nem revelou implantação pelo país), teremos o Partido Liberal.

Com algumas sessões públicas (embora pequeno impacto em termos de liderança), actuante em distritos como Vila Real, Viseu e Braga, com actuação a muitos escalões regionais mais conservadores, o Partido Liberal tem beneficiado de uma certa cobertura no semanário «Tempo Novo».

A sua posição parece ser a de consolidar posições em zonas onde elas se encontram de alguma forma, adquiridas, e de estimular o encontro das várias forças da direita. Possivelmente, este partido teria mesmo advogado a aproximação com o CDS, até ao presente difícil pela maneira de apresentação centrada deste.

Ouvindo sobre a, até agora, nula campanha do Partido Liberal, António Ávila, membro do seu directório esclareceu que seria prematuro antes da Lei Eleitoral, pensar-se em alguma coisa de mais concreto, pois não se sabe qual é o esquema prático a que serão confundidos os partidos políticos por uma Lei que ainda nem sequer existe.

E acrescentou: «Consideramos que essa lei deve ser objecto de consulta a todas as correntes de opinião significativa, e pela sua importância, não nos parecia excessivo que se fosse mesmo até uma consulta popular, e não somente a algumas correntes de opinião, com quem tenham sucedido outros assuntos de grande importância.

CDS: Confusão estratégica?

A CDS foi o último partido da direita a aparecer. Veio com quase três meses de atraso. E veio com uma posição programática e um elenco mais moderado do que o dos partidos que temos considerado.

Quando apareceu o CDS, deparou com a multiplicidade de partidos de direita e apresentou-se como um partido centrista, apoiado por infra-estruturas administrativas complexas e uma sólida capacidade financeira.

Nos dois meses e meio que tem de duração o CDS interveio várias acções de penetração na opinião pública portuguesa.

A primeira foi a da publicação de comunicados, definindo a posição do partido sobre vários temas da actualidade nacional.

Daquelles, avultam os referentes à questão africana. Ora a 27 de Julho, o discurso de Spínola vieram igualmente referências deixadas entre nervosa e indignada à direita portuguesa.

O CDS não fugiu à perplexidade, embora moderada nos seus primeiros comentários, e tendendo, depois, para posições mais conservadoras na segunda série de comunicados (aquele da visita de Waldheim). De lá quase um mês a esta parte, o ritmo desses comunicados diminuiu substancialmente substituído pela campanha de cartazes, a actuação — até ao momento muito limitada — na imprensa, e o primeiro grupo de sessões de esclarecimento.

A campanha de cartazes, iniciada no fim de Agosto com a divulgação do símbolo do partido, em quantidade e com utilização do espaço, teve algumas vantagens, e diversos inconvenientes.

Vantagem de apresentação nos grandes centros urbanos de um partido que pouco dizia ao comum dos cidadãos portugueses, e vantagem do carácter maciço da acção publicitária bem como do momento para ela escolhido (ingresso de ferial).

Os inconvenientes foram de três tipos:

a) O grupo menos favorável que suscitou em muitos círculos o símbolo no seu tratamento gráfico;

b) a indeterminação da cor do partido;

c) o não acompanhamento imediato do símbolo por "logos" explicativos de qualquer tipo.

Além, a campanha de cartazes de qualquer partido, é neste momento, em certa medida, um epifenómeno como o demonstra, por exemplo, a campanha do PSDI (graficamente pior do que a do CDS, até pela legibilidade dos dizeres), que não foi acompanhada de qualquer acção pública concebida do partido.

Sobre a acção propagandista do CDS, ouvimos, de resto, Adelfino Amaro da Costa, seu Secretário-Geral, que explicou: «Neste momento as preocupações do CDS, concentraram-se nas divulgações da existência e das principais mensagens do próprio partido como tal. A campanha que já está em curso, entretantem com as acções explicitamente requeridas pela actividade pré-eleitoral. O que já estamos a fazer constitui como que um prelúdio de um conjunto de actividades, que nas suas linhas gerais, já se encontram delineadas até Março de 75.»

Acrescentou depois que a primeira fase da campanha se traduz na divulgação do nome CDS e do símbolo que lhe está associado.

A acção de CDS na Imprensa tem tido os seus afortunações na página económica de «A Capital», mas depara com dificuldades de penetração em vários jornais diários. Este facto, e o quase silêncio da TV e rádio, poderão porventura sugerir ao CDS a ideia de se associar a pedidos de instalação de um novo canal de TV a cor, de tentativa de instalação de nova emissora de rádio, e da presença em novos órgãos de imprensa.

Quanto à TV, antes da aprovação governativa do estatuto da RTP (porventura só em Outubro) é pouco provável que o Governo se aventure a tal decisão.

Além, são vários os pedidos de canais (cerca de meia dúzia) e não é líquido que a concessão seja dada sem problemas a Partidos como o PCP e o PS após-se-ão provavelmente a tal premiação. Para já, no entanto o Ministro Sanches Osório teria sugerido aos vários requerentes que se entendessem entre si para a apresentação de um só pedido.

Por outro lado, o debramento — a vir — virá tarde para a campanha eleitoral.

Quanto à emissão de rádio, as perspectivas não seriam também muito animadoras. Obstáculos inamovíveis de natureza institucional (vídeo pag. II) condicionarão o lançamento a lançamento de novas emissoras com penetração (AM).

Resta a Imprensa em que a corajosa de um vespertino (diária de «Capital») e a presença no novo semanário «Tempo» poderão ser hipóteses plausíveis.

Ora se a primeira aparece remota já a criação do «Tempo» já concretizar-se dentro de um mês marcando o regresso a vida jornalística dos irmãos Lopes do Souto (ex-Renascença Católica). É certo que os estudos financeiros do diário suscitam observações

que resultam do prego, da concorrencia, dos condicionalismos garantidos presentes de toda a actividade jornalística (vidé pag. 11). Parece, contudo, cedo para saber se o jornal terá alguma viabilidade económica e significativa penetração política.

Já vimos que, depois de uma fase pouco feliz dos comunicados, o CDS se preocupou com a campanha de cartazes e a primeira série de sessões públicas.

Esta enfermou de vários erros estratégicos, que tiveram o seu custo, bem conhecido.

Vejamos o que sucedeu. Aparecido três meses atrasado, o CDS escolheu os distritos falcatras para começo da campanha, e fez questão de a efectuar em força, com todas as principais figuras e apoiada em anúncios jornalísticos. Para tanto, o distrito de Braga foi bem escolhido, e as duas primeiras sessões depararam com um eleitorado conservador relativamente receptivo.

Já o Algarve foi erradamente escolhido. É certo que, em certas zonas, os veraneantes algarvios são da média e alta burguesia, potencialmente abertos a um partido deste tipo. É certo que a iniciativa se poderia basear no apoio logístico de empreendimentos turísticos algarvios, com gestores no CDS. É um sucesso seria "in loco", altamente convincente para o capital em férias, com convélicas esperanças.

Mas, esqueceu-se que o Algarve é uma realidade que se não traduz

aos veraneantes, sobretudo em termos eleitorais que não é uma região conservadora, que o PCP ganhara pontos no último mês e meio antes da digressão-CDS e que o Governador Civil (personalidade sempre marcante) é um influente socialista.

Também ninguém pensou que as acções externas ou de cúpula (arrestáveis em regimes não democráticos parlamentaristas) de pouco servem se não preparadas por trabalho de base anterior.

Um partido funcional sabe que convicções se deve fazer em princípio só onde e quando previamente houve implantação e organização desse partido.

O que sucedeu em Portimão revelou a reacção de certas linhas políticas à radicação do CDS no Algarve, em termos, aliás, em larga medida criticáveis. Mas, também revelou o erro da impropriedade da sessão. Como se veio a repetir em Faro, em que os oradores não chegaram a aparecer.

Entre pontos negativos evidentes para muitos observadores políticos foram os seguintes:

a) A ideia de uma primeira série de sessões, com debate e apreciação quase todas as principais figuras do Partido num esquema oposto ao que tem seguido outros partidos, que ou guardam os seus nomes mais fortes para as eleições, preservando-os de riscos de "queimanco", banalização, ou não promovendo sessões dialogadas, mas sim comícios.

b) O apagamento dos "leaders" do partido, alguns dos quais se têm revelado muito mais técnicos de gabinete do que políticos ou oradores.

Falou-se que, em Janeiro, Veiga Simão poderia vir a encabeçar o CDS, legitimado pela acção de independência dos territórios africanos, embora com o risco de desagradar a vários quadrantes que não lhe perdoadam ou o passado ou o presente.

No entanto, a recondição atenta desta lacuna de "leaders", e o repensar as suas actividades públicas deverá estar na primeira linha das preocupações presentes dos dirigentes do CDS.

Várias alternativas de campanha

Interrogado pelo EXPRESSO, Adelino Amaro da Costa, considerou que a campanha futura do CDS se encontra dependente da Lei Eleitoral.

E esclareceu: "Na medida em que as campanhas a conduzir não são idênticas, se por exemplo, se estabelecer uma forma de votação proporcional ou não. Não deixa de ser importante o analisar-se, com cuidado, o papel que aos outros partidos, em tal ou tais sistemas de votação, poderá estar reservado. Se o sistema, por exemplo não for proporcional, e à maneira inglesa, se destina a favorecer a existência de um sistema bipartidário, então o CDS terá de projectar a sua actividade publicitária em função de

coligações que se venham a estabelecer. Por outro lado, há um segundo aspecto, extremamente importante e que se liga, com o que acabou de dizer e que é o da própria lei de partidos: essa lei poderá obrigar a ajustamentos cujo significado de alcance neste momento seja ainda desconhecido.

"Em terceiro lugar, tanto a Lei Eleitoral como a Lei de Partidos poderão impor certas cláusulas, quanto a nível de publicidade consentidos aos diversos partidos em campanha eleitoral, e quanto às formas de contribuição que esses esforços publicitários, possam vir a ser garantidas por meios de comunicação de massa controlados pelo Estado".

Não é idêntico, preparar uma campanha através da TV, à maneira americana, com tempo pago, ou à inglesa, com tempo de emissão rigidamente definido e gratuito.

Também reconheço o mesmo dirigente partidário que, por ter a CDS nascido com mais de três meses de atraso sobre os partidos da coligação governamental, é a sua posição de clara desvantagem.

"Estes partidos têm já a seu favor, o benefício de largas centenas de minutos, de antanho gravada, através normalmente da TV, a CDS terá de recuperar esse tempo perdido, e este ponto não poderá deixar de estar presente em todos os esforços publicitários que venhamos a desenvolver".

No fundo dois problemas se colocam à estratégia do CDS:

O primeiro é o facto de a sua aproximação do centro PPD não se ter verificado até ao momento. Antes os acontecimentos recentes (caso CDS, por exemplo), mostrando que não é linear a probabilidade de uma Frente Popular em 75, parecem retirar argumentos para a defesa de uma "união dita centrada". O PPD tem, além disso, dado passos que não mostram a sua aproximação do PS.

Ao mesmo tempo, o sistema eleitoral com representação proporcional parece propiciar a concertação isolada dos partidos políticos, e não coligações.

Assim, o CDS passa a ter como interlocutores mais visíveis a direita.

O segundo é o da sua ausência do Governo Provisório, bem como de intervenção reservada aos partidos da coligação no fecho da legislação fundamental que vai sendo aprovada.

Governo e Governadores

Naturalmente que este é um problema comum de toda a direita, mas o CDS sente-o particularmente.

Traduz-se, designadamente, no preenchimento de posições-chave, como são, por exemplo, as dos Governadores Civis em toda a

meccânica administrativa eleitoral.

Talvez por isso mesmo, a direita (pouco consolidada com o argumento de não ser natural que esteja representada num Governo saldo dum Movimento militar que derroba um regime de direita, escassos meses sobre esse movimento) advoga crescentemente a solução de um governo só com militares, e personalidades independentes.

Contudo, na conjuntura política presente, não se adiversa facilmente a viabilidade da subida ao poder e manutenção desse governo.

Compasso de espera

Entretanto, a espera atenta do desfecho da crise político-militar das semanas passadas suspendeu a movimentação deste sector "de opinião. Em alguns casos, a sobrevalorização de certos factores causou optimismos fáceis, e desembocaram no sonho imediato de uma UDR desigualita, pronta a apoiar um renovo de poder pessoal. Em muitos casos, a direita (com o atraso de um dois meses) tendeu a empolar o confronto com forças de esquerda radical, tendo ganho curso a ideia da formação de núcleos não legais ou para-legais que prosseguiriam uma acção complementar da "acção legal".

Só há, porém, por enquanto, um benefício dispenso de iniciativas deste tipo.

Quanto à crise verificada, tendo o desfecho sido outro, a direita esperará (actuando) mais uns meses...

Actuando na via eleitoral de Março de 1975. Deparando com o facto de que a centralização crescente da vida política nacional tem sido acompanhada da ultrapassagem do bipolarismo "comunista-direita". É de que a descolocação de que o General Spínola é expoente constitui um mau campo de actuação política para si.

Em síntese, em Setembro as perspectivas políticas geram são muito diversas das de Junho ou de Julho. Só para referir factos políticos irreversíveis o MDP/CDE entrou ontem em crise clara; o PS ganhou espaço de manobra de actuação em relação à sua esquerda; a extrema-esquerda parece ter perdido peso; o PCP, continuando uma força, não é já a força observante; o PPD tem assumido o centro em grau crescente.

Como retirar os vários grupos de direita as lições que encerram estes e outros factos?

N. S.
Depoimentos recolhidos
por M.ª J. Avilés

Rosa Coutinho, Rosa

Rosa Coutinho ao EXPRESSO

“Angola tende inequivocamente para a independência”

O ALMIRANTE Rosa Coutinho, presidente da Junta Governativa de Angola, que a si mesmo se define um tecnocrata com profundas preocupações de justiça social, foi entrevistado em Luanda pelo nosso correspondente permanente. A entrevista foi gravada antes do anúncio da constituição do governo que já se encontra em funções. Entendemos, porém, publicá-la na íntegra, dado que mesmo a pergunta que pareceria ultrapassada contém na sua resposta elementos de interesse.

Rosa Coutinho quis transmitir à população de Angola uma mensagem através do EXPRESSO. É uma mensagem de confiança. “Gostaria de que toda a gente em Angola sentisse a confiança que eu sinto: Angola tem à sua frente um futuro extraordinário e é dotada de plenas capacidades para o conseguir.”

EXPRESSO — Quando o almirante Rosa Coutinho chegou a Angola, demonstrou um notório optimismo. Ao fim de cerca de um mês de contacto com as realidades, mantém o mesmo estado de espírito?

ROSA COUTINHO — Não há razão para não continuar optimista. Após a minha chegada, verificaram-se alguns incidentes em Luanda a que julgo ter dada demasiada projecção internacional. É conveniente ver que estes acontecimentos à escala nacional ao fim e ao cabo se podem considerar secundários. Eu costumo dizer que

qualquer semana na Irlanda do Norte, ou um único dia da revolução de Chipre causou mais danos e distúrbios de que os que se verificaram em Luanda. O meu optimismo actual deriva da situação se ser processado num tipo de normalização que se regista já não só em Luanda como em outras partes de Angola de maneira que estou convencido que o bom senso regressou à mente das pessoas e que o temor inicial se está atenuando ou mesmo a desaparecer. Por conseguinte Angola tem agora oportunidade de construir em paz para o futuro.

Falta de maturidade para o 25 de Abril

Exp. — Neste período de tempo encontrou algumas dificuldades ou obstáculos inesperados, ou seja, deparou com uma situação substancialmente diferente daquela que esperava vir a encontrar?

R. C. — É claro que sim. Só com uma previsão tremendamente aguda se poderia ter imaginado que as coisas iriam passar-se exactamente como se passaram.

Os obstáculos encontrados não foram até agora de maneira nenhuma insuperáveis e o que mais verificamos foi, talvez, que Angola e as suas populações não estavam propriamente maduras para o 25 de Abril e, seguidamente, para o discurso histórico de S. Eça, o Presidente da República, de 27 de Julho. Estes factos constituiram, de certo modo, uma surpresa para que não estivéssimos preparados. A essa surpresa juntamos um êxito de

desorientação. A desorientação, como é natural, produz temor e, portanto, muitos incidentes se registaram apenas por causa disso. Uma vez regressadas as coisas à normalidade, sente-se, por-fortunadamente, que a evolução se encaixa num sentido muito mais construtivo e que o choque inicial se estará já a atenuar. Como facto mais positivo de tudo o que se passou durante este mês, gostaria de vincar a acção determinada e eficaz das Forças Armadas que souberam, rapidamente reconverter a missão que lhes tinha sido confiada, o que fizeram até por vezes, com a incompreensão de amigos e conhecidos, mas evitando decididamente uma ameaça de confrontação racial que conduriria não só Luanda como Angola a um caos. É isto, convencido que a população de Angola livre deverá estar eternamente reconhecida.

Saneamento do Governo

Exp. — Para este clima que se entevê de tranquilidade parece fazer para além de soluções políticas o conhecimento da existência de um governo. V. Exa, quando chegou e deu uma conferência de imprensa, após a tomada de posse da Junta Governativa, anunciou que o governo seria formado dentro de aproximadamente uma semana. A data tem sido adiada. Há uma certa expectativa e até hoje ainda não se conhece a constituição definitiva do governo. Certamente deparou com dificuldades que não esperava. Poderia dizer-nos quando é anunciado o governo definitivo?

R. C. — Há, na realidade, uma certa razão nessa crítica. O meu conhecimento da situação de Angola não era suficientemente claro para me permitir tal previsão de uma semana. Errei, não me importo nada de confessar que errei. Mas não errei totalmente. É necessário verificar que à chegada tomei determinadas medidas de maneira a fazer o que se podia chamar um saneamento mais necessário do governo. Como sabe, substituí imediatamente três postos importantes no governo, que foram ocupados por três militares. Dal em diante, o governo ficou constituído e tem trabalhado. Quero dizer-lhe até que temos produzido mais trabalho legislativo a nível de Angola, que as reuniões dos meses antecedentes. De maneira nenhuma temos estado sem governo. Por sua vez, não formámos ainda até hoje a tal equipe do governo provisório prometida. Várias razões se podem apresentar para isso, nascidas em acontecimentos internos e externos que são de conhecimento de todos. Há uma até que me apetece realçar, porque foi para mim completamente inesperada. É que nos contactos que precisei de realizar com gentes da terra e até com as possíveis personalidades indicadas para formar novo governo, verifiquei que grande parte delas estava ausente de Angola, de férias em Lisboa, o que de maneira nenhuma imaginava. Claro que isso atrasou as conversações que passaram a ser por via telefónica e telegráfica. É muito

difícil convidar pessoas a formar o governo sem sequer ter com elas um contacto pessoal. Em resultado de todas essas circunstâncias o governo deturcou realmente a formar. Entretanto, conseguiu-se superar os obstáculos e eu conto anunciar hoje a constituição do governo provisório que irá presidir aos destinos de Angola num futuro próximo.

Exp. — E prevê por muito tempo?

R. C. — Por tanto tempo quanto for possível. Até já uma vez chamei a este governo transitório, visto ele ser sucessivamente ajustado às realidades. Espero entretanto que o valor das personalidades convidadas e a sua acção que sei na generalidade da população de Angola lhes permita executar, com tempo e com paz, um trabalho profícuo.

Que tipo de Governo?

Exp. — A constituição do governo obedece à ideia de formar um governo de políticos, um governo de tecnocratas ou uma mistura dos dois?

R. C. — É evidente que um governo desta natureza é necessariamente de coligação, destinado a representar todos os interesses e tendências da população de Angola. De maneira que terá que aliar tudo: terá de aliar uma parte política e uma parte tecnocrata, destinado a tecnocracia como ideia de eficiência. Esta não pode ser de maneira nenhuma afastada. Angola precisa de continuar nos caminhos de desenvolvimento que ora vinha trilhando e, por conseguinte, há realmente um sector tecnocrata eficiente dentro da formação do governo. Evidentemente que este sector é criado sob o égide da eficiência, impendível e aliar-se um sector político, visto que a descolonização já entrou no processo não pode ser feita sem atender a factores e a raízes de ordem política.

Movimentos de Libertação

Exp. — Nesse aspecto qual será a participação dos movimentos de libertação nesse governo?

R. C. — Continuamos abertos a essa participação. O governo não pode, porém, ser constituído por pessoas que mantenham ainda forças em armas, rebeldes à acção governamental. Mas a porta está aberta. A colaboração será desejada, mas essa entrada de representantes dos movimentos de libertação para o governo só poderá ser feita após um cessar-fogo oficial.

Exp. — Há boas perspectivas nesse sentido? Têm sido feitos contactos a nível directo oficial entre o governo de Angola, a Junta Governativa e os movimentos de libertação para além dos já conhecidos com a UNITA e que já vêm do antecederente?

R. C. — Há evidentemente contactos a todos os níveis. Desde o nível de Comandos até níveis mais elevados. Não há, por enquanto, contactos, digamos, oficializados. É preciso notar, entretanto, que até agora os contactos realizados têm encontrado muito boa acção, pelo que considero absolutamente possível a concretização da ideia formada para a constituição do futuro governo provisório em Angola.

Exp. — Embora o almirante Rosa Coutinho tenha anunciado que Angola disporia em breve de um estatuto político e como tal se passaria a governar por si própria, há a ideia generalizada de que é e será ainda por bastante tempo o Terreiro do Paço, que é ainda Beilém que determina os assuntos de maior transcendência. Crê que há razões para tal reparo?

R. C. — Esses reparos são a meu ver precipitados. Ainda esta semana o estatuto político, o projecto político para Angola, virá à apreciação da Junta Governativa e do seu Governo. Pelo que sei, dá a Angola amplos poderes para se governar a si própria, que sempre desejou. É evidente que estas coisas, não se podem fazer numa semana e o prazo entre o meu anúncio e a realização prática do projecto nem sequer se pode considerar demasiado. E apenas de um mês. É um mês para fazer um estatuto político de Angola, com tremendas implicações no seu futuro, parece-me demasiado?

Isso é o resultado da impaciência que os Angolanos têm de ver Angola andar para a frente.

Recelos dos metropolitanos

Exp. — Também por parte dos metropolitanos fixados ou residentes em Angola, há o receio de que o governo português, face às pressões internacionais e aos problemas internos de ordem vária, esteja inclinado a resolver o problema da descolonização de Angola o mais rapidamente possível, alijando as responsabilidades que no processo lhe cabe. Entende que haja motivos para tal alarme?

R. C. — Considero esse alarme completamente injustificável. É evidente que no processo geral de descolonização de Angola e nos contactos internacionais que ele implica tem que haver uma íntima colaboração entre o Governo Central e o Governo de Angola. Essa colaboração tem-se verificado. A verdade que o governo de Angola e os estabelecidos, ganhando mais força e representatividade, é muito natural que o esforço nesse sentido se transfira cada vez mais para o governo da própria Angola e suas gentes, que serão no processo os mais interessados. O Governo Central acompanhará, com certeza, sempre, e auxiliará em todo o seu âmbito, não esquecendo que é ainda em Lisboa que existe o Ministério dos Negócios Estrangeiros. É Lisboa que tem contactos directos com as organizações das Nações Unidas. É de Lisboa que se podem presentemente fazer tentativas de contactos a nível de chefes de Estado etc., de maneira que a sua colaboração é e será indispensável.

Exp. — E prevê que essas tarefas possam vir a ser transferidas para o governo provisório de Angola?

R. C. — Com certeza. Terá que ser e é uma passagem progressiva e urticada.



O caso de Cabinda

Exp. — Existe em Cabinda um partido político agora reforçado pela integração de outros dois com o objectivo de obterem a independência do enclave e a sua desanexação de Angola, invocando entre outros argumentos o celebre tratado de Simulambuco celebrado em 1885 entre os notáveis de Cabinda e o governo português. Cre que o processo de descolonização de Cabinda possa ser tratado separadamente do de Angola?

R. C. — Não. O processo de descolonização de Cabinda deverá ser tratado simultaneamente com o de Angola, não esquecendo que é objectivo declarado das determinações da descolonização das Nações Unidas, que a descolonização de qualquer território se faça obedecendo às fronteiras actuais existentes. Essa recomendação coincide plenamente com a recomendação da Organização da Unidade Africana. Assim é fácil integrarmos nos no processo que já está internacionalmente feito, recomendado e reconhecido. Admito perfeitamente de que os povos de Cabinda ou quaisquer outros sintam necessidade de um reconhecimento da independência, de possuírem estatutos separados. Isso não me repugna. Terá de ser objecto da futura constituição de Angola e nada me custa prever, embora eu não vá fazer a constituição, que dentro dela estejam previstos estatutos separados para Cabinda ou quaisquer outros territórios.

Exp. — Para além desses acordos internacionais que por vezes nem sempre levam em conta as ambições das populações, tem o governo qualquer indicação segura de que efectivamente exista de parte do povo de Cabinda e não apenas de alguns dos seus elementos mais evoluídos, uma ideia separatista em relação a Angola?

R. C. — Sabe-se que existe essa ideia, não digo separatista, mas de individualidade. Isso é natural num estado como o de Angola, que alberga no seu seio várias etnias. O que é necessário é que todas essas etnias compreendam que não é com egoísmo, nem com separatismo, que se resolve o problema da construção de um país.

Golpes de reacção

Exp. — Faia-se muito em tentativas ou intenções separatistas do sul do centro de Angola, possibilidade de guerra civil, golpes de força da reacção. Considera efectivamente a possibilidade de tais factos se verificarem?

R. C. — É evidente que quem governa tem de considerar sempre todas as possibilidades, embora, por vezes, tenha que lhe atribuir uma probabilidade mínima. Quaisquer intenções separatistas seriam feitas sem a mínima realidade sobre o futuro. Angola pode ser um grande país, deverá sê-lo, mas não em pulverização de vários estados. É impossível realmente construir um país tão grande como Angola, cuja população actualmente ainda apenas é roda de 5 milhões de habitantes ainda com separações de pequenos estados e enclaves que não teriam qualquer significado internacional.

O panorama político

Exp. — Como aprecia o panorama político de Angola no momento presente?

R. C. — Digamos que no momento actual, o que poderia chamar o panorama político de Angola, é de expectativa. Angola não é de maneira nenhuma um país politizado. A surpresa com que o povo reagiu aos factos consequentes ao 25 de Abril mostram exactamente isso. E essa surpresa verifica-se em todos os sectores. Inclusive até nos próprios movimentos de libertação que foram apanhados, digamos, descaídos perante o acontecimento, e que ainda estão em lutas de certo modo intestinas, para a definição dos seus objectivos. Estamos a atravessar ainda uma fase de reacção natural e Angola ainda não definiu exactamente as suas tendências sob o ponto de vista político. Há uma única coisa em que todo a gente está de acordo e aí um plebiscito dá-nos 99 por cento dos votos favoráveis: Angola tende inequivocamente para a independência. A forma e o como é que terá de ser definida e a traçar de

uma politização das suas populações que terá de ser inevitavelmente um pouco lenta, já que foram apanhados, como disse, desprevidos. Isto para que se não caia em soluções precipitadas que seriam contrárias ao interesse de todos.

Exp. — E até que será possível convencer os organismos internacionais e os próprios tentos honestos do governo português e da Junta Governativa em processar uma descolonização efectiva? Não haverá da parte desses elementos risco de que tal atraso, que define como uma necessidade perante a falta de preparação e politização do povo angolano, represente forma de retardar essa independência?

R. C. — Não creio. As ligações até agora efectuadas pelas Nações Unidas e portanto com gente experiente no processo, mostram delas plena adesão. Assim estou convencido que todas as pessoas com bom senso e com sentido da realidade sentirão que é esse o processo em que devemos caminhar.

Estagnação económica

Exp. — Consta-se no momento apresenta uma estagnação das actividades económicas e o início de um processo de recessão que, a desenvolver-se, provocará na opinião de alguns entendidos uma banca rota a curto prazo. Dois meses nas previsões mais pessimistas. Está o governo de V. Esa. atento à gravidade da situação e preparado para pôr em execução medidas imediatas que impeçam esta situação?

R. C. — São palavras de banca rota num país como Angola parece-me completamente desproporcionadas. Eu não digo uma recessão, mas sim uma retracção no desenvolvimento económico de Angola, provocada, naturalmente, por uma crise de confiança duradoura nesta época inicial. Entretanto eu próprio já tenho sido contactado e até recentemente por gente portuguesa, angolana e até companhias internacionais que pretendem investir aqui, investir num ritmo e numa escala como até agora não tinham sido sonhados pela própria população. De maneira que, embora o governo já tenha até tomado algumas medidas para evitar certas retracções da banca etc. que prejudicam pequenos sectores da vida angolana, não tenho dúvida que o futuro se apresenta promissor.

Exp. — Estão previstas algumas medidas imediatas no campo económico, especificamente investimentos por parte do governo para voltar a dar mais confiança aos bens particulares?

R. C. — Sim. A acção do governo terá que estreitar-se e já foi planeada especialmente em sectores de menor defesa no aspecto de financiamento a curto prazo. O sector que estou a referir é especialmente o da construção civil. Aí o governo vai actuar com firmeza de maneira a impedir qualquer falta de trabalhos que pudesse vir a reflectir-se noutros sentidos.

Exp. — Portanto a ideia será a de realizar obras a nível governamental que compensem, de certo modo, as menores obras, resultado da falta de confiança de actividade privada.

Um tecnocrata virado para o Social

Exp. — Como se classifica politicamente?

R. C. — É uma definição difícil, mas eu julgo que me posso classificar politicamente como um tecnocrata com profundas preocupações de justiça social. E isso sem recurso a rótulos que são enganadores e que, de forma alguma, definem o carácter e o pensamento das pessoas. Julgo que é a melhor maneira de definir a minha posição perante a política.

Exp. — O facto de ocupar este

Falta de saneamento

É opinião dos meios democráticos e não só que o perigo de manobras reaccionárias violentas provém essencialmente da falta de um saneamento adequado a exemplo do que tem sido processado na Metrópole. Quais são as razões fundamentais da diferença que efectivamente se verifica?

R. C. — Essa ideia de saneamento é uma ideia que ganhou forma em todos os sectores, mas é preciso verificar que nos vários sectores a ideia de saneamento é completamente diferente de uns para os outros. E não se pode cair na demagogia fácil dum saneamento que acabaria por resultar na célebre história da Casa Verde, de Machado de Assis, em que toda a gente seria saneada e depois ou tinha de se fechar o hospício ou introduzir lá dentro os responsáveis por esse próprio saneamento. De maneira que embora seja necessário o saneamento aos vários níveis e em vários sectores, ele terá de processar-se com o cuidado indispensável para que não se paralizem as actividades essenciais à vida do país.

Exp. — Sendo V. Esa. um militar e exercendo um lugar político e não sendo portanto um político de carreira que pensa desta sua experiência política?

R. C. — Considero uma experiência de certo modo alicianante. A política em si tem por vezes má fama, e eu diria que essa fama é muitas vezes derivada das intenções com que se faz. A política é realmente uma arte nobre, quando feita com intenção de ser realmente para o bem do povo. Nesse aspecto nada tenho a criticar à política. Tenho que criticar sim quando a política se faz em defesa de interesses pessoais ou outros interesses não de acordo com a generalidade das reais aspirações das populações e nessa altura já não permanece política mas politiquice. E há que distinguir.

cargo político afectou a sua maneira de ser?

R. C. — O próprio nunca sentiu a sua maneira de ser. Talvez essa pergunta devesse ser feita àquelas que ornigo lidam. Eu sei que o poder corrompe. Como eu não tenho exercido poder absoluto, não me sinto de forma alguma ainda corrompido no exercício do poder que tenho praticado. De maneira que pessoalmente não considero que a política ou o poder trave os meus hábitos e a minha maneira de ser.

152

Hoje a Guiné

A GUINÉ chega, depois de longo processo de luta e de um período de diplomacia política relativamente curto, à independência, que é, como quem diz, conquista o direito, enquanto povo, a traçar os seus destinos. É uma hora de regozijo para o povo guinéu e para o povo português, tanto um como outro sujeitos, durante anos, a regimes opressivos que lhe tolhiam a expansão livre.

A Guiné-Bissau não comemorará o facto com cerimónias especiais no dia 10, porque, fiel à sua tradição de luta, que a levou a proclamar a independência no dia 23 de Setembro do ano passado, só esta data justifica para o P.A.I.G.C. a festa popular e de amigos que pretende realizar.

O EXPRESSO encontra motivos para assinalar esta efeméride de maneira especial, já que desde o seu primeiro número se ocupou dos problemas da Guiné e, na medida em que lho permitia a censura do regime político depositado, sempre defendeu a solução do problema colonial por meio de negociações. Fomos também nós que muito cedo, conduzindo as nossas investigações no miolo do poder, desvendámos aos leitores as contradições que começavam a grassar e a agigantar-se no interior do regime de Marcello Caetano. Nessa altura fomos apodados de neocolonialistas por determinadas forças incapazes de sabermos ler no âmago da governação os movimentos capazes de derrubar as estruturas então vigentes.

Porque era bem claro para nós que só os militares poderiam operar um volte-face neste país, encaminhando-o pelas sendas da democracia. E o nosso trabalho esteve precisamente em mostrar aos leitores que algo de importante estava a nascer na Guiné a quem chamámos até laboratório do mundo português. Esse algo de importante engrossou cada vez mais e acabou por se consubstanciar no regime actual, um regime à procura da democracia e que, por isso mesmo, teria de se libertar das colónias para ser coerente consigo mesmo. Essa coerência, aliás, tem vindo a afirmar-se por entre saltos e sobressaltos, recuando e ultrapassando-se numa linha de evolução helicoidal, mas contínua. Para Portugal avançar como povo livre tem de facultar a liberdade aos outros povos que de si dependem. Facultar a partir das facultades internas de cada um, sem impor a sua autoridade nem fazer sobre eles desabar vícios de história passada. Neste capítulo, aliás, Portugal está a dar exemplo do saber descolonizar em amizade e igualdade com os povos que ontem à sua classe dirigente oprimia. Seremos, assim, dignos continuadores de uma história que começou no Brasil, hoje a Guiné, amanhã Moçambique, Angola, de horizontes nublados, ainda terá muito que caminhar, mas estamos convencidos que vai ser em breve um outro país na vasta comunidade de língua portuguesa.

A União Soviética e Portugal

A NOMEAÇÃO e próxima partida para Moscovo do dr. Mário Neves, embaixador de Portugal, constitui importante passo na normalização das relações diplomáticas de Portugal com os muitos países do mundo dos quais se encontrava isolado. Um dos objectivos do Programa do MFA é "o alargamento e diversificação das relações internacionais com base na amizade e cooperação" e a União Soviética constitui ponto de referência obrigatório na prossecução de tal finalidade, não apenas pelo seu papel fundamental na chamada abertura portuguesa a Leste, mas também por se tratar de uma superpotência mundial.

Durante anos, foi-nos inculcado um ódio permanente a tudo o que fosse russo. Não é de um dia para o outro que esse sentimento se desvanecerá (o Partido Comunista Português que o diga), mas o importante é que, através das relações diplomáticas e comerciais e dos acordos de cooperação que delas resultem, os portugueses possam ir formando uma ideia mais clara do que é a União Soviética, da sua influência no mundo, do modo de vida do seu povo, da sua organização política e social. Não, evidentemente para imitarmos o modelo soviético, visto que cada nação tem a sua maneira de ser e de estar e não precisamos de importar ou copiar o que os outros fazem para termos nós próprios. Sim, logicamente, para desmistificando as campanhas de propaganda anti-soviética (o que não pressupõe alinharmos nas campanhas pró-soviéticas) termos uma noção justa e equilibrada de um dos Estados mais poderosos do mundo.

É claro que, precisamente por a União Soviética ser uma superpotência, é mais relevante (quer cause contentamento, repulsa ou simples perplexidade) para os portugueses a abertura de uma Embaixada em Moscovo do que será para os russos a abertura de uma Embaixada em Lisboa.

A atitude da União Soviética em relação a Portugal, país membro da NATO e geopoliticamente dentro da órbita americana, deverá, no entanto, ser acompanhada com atenção. Por um lado, o clima criado pela détente não é propício a uma caçada em terrenos do adversário. Além disso, os problemas detectáveis e existentes dentro do terreno próprio obrigam a uma certa prudência e a jogar muito pelo seguro, sem falar já na omnipresente questão chinesa e nas suas consequências, nomeadamente no campo do entendimento europeu ("do Atlântico aos Urais"?).

Do outro lado, há a situação candente e em constante mutação na orla mediterrânica e em países afins. Há também a experiência amarga do Chile e a lição dela tirada.

Se, ao nível das decisões e actuações governamentais, a posição da União Soviética relativamente a Portugal é cheia de cambiantes, em virtude dos factores enumerados, também, no plano da assistência partidária, o PC soviético se debaterá com alguns dilemas. Parece óbvio que o PC português é credor, pela sua ortodoxia e lealdade a Moscovo, de ajuda e apoio do PC soviético. Este, no entanto, tem ou quer ter boas relações com outros Partidos Comunistas que actuam em países, como a França ou a Itália, onde a democracia de tipo ocidental já se encontra instalada e que seguem as regras do jogo desse tipo de democracia. O PCP português tem oficialmente seguido uma via moderada e quase conservadora do mesmo género. Os seus adversários, porém, acusam-no de utilizar dois modos distintos de actuação distintos: um exactamente moderado e eleitoralista de tipo semelhante ao peruano.

Por tudo isto, será interessante observar como procederá a União Soviética em relação a Portugal. E será ainda mais interessante seguir a capacidade de resposta de Portugal aos diversos comportamentos possíveis e praticáveis da União Soviética. Desde já se pode augurar que o posto confiado ao dr. Mário Neves será, pelo menos, trabalhoso.

Faria, Carlos

Os novos rumos da segurança social

Carlos Faria

O ANÚNCIO recente das transformações que esperam o actual sistema de previdência justificam algumas reflexões, não apenas quanto à definição das opções em curso, mas também quanto ao plano conseguinte e eficiência do sistema renovado em termos de rentabilidade económica e social.

Do muito que haveria a referir da temática clássica da segurança social dir-se-á, abreviando, que uma reforma de um sistema de previdência poderá traduzir-se, em maior ou menor medida, na alteração do esquema de riscos cobertos e prestações correspondentes, em mudanças na estrutura organizacional do seu aparelho e na proposta de novas soluções para os problemas cada vez mais complexos da sua administração e gestão.

A natureza e o grau de intervenção em cada um destes domínios dependem do desígnio do reformador e da instituição que ele tiver da generalidade dos problemas que a sua acção se dirige. São quase sempre solicitações de ordem económico-social as que conduzem a alterações dos esquemas de prestações, a par de evidentes motivações políticas, e não raras vezes são estas que preponderam na necessidade de "descomprimir" pela alteração do suporte institucional do sistema.

Tanto quanto a experiência própria e alheia nos precedência dos sistemas de segurança social correspondido às expectativas nelas depositadas? Nem sempre. Diremos mesmo que um sentimento de meia frustração tem, muitas vezes, sucedido às primeiras esperanças, o que neste momento nos impõe uma particular atenção aos factores que intercedem neste processo.

Diagnóstico comprometido

De resto, o diagnóstico dessas situações resalta, hoje, com clareza suficiente para se concluir que um sistema de generosa previdência e cobertura de riscos servido por uma rede adequada de organismos pode ser seriamente comprometido quando parcialmente se descuidar a organização dos meios humanos e materiais postos ao serviço desse sistema, por outras palavras, quando a reforma não chega a um domínio fundamental: o da gestão e administração.

Esta conclusão, presente um pouco por toda a parte, tem levado a introduzir no domínio das preocupações fundamentais da segurança social o estudo dos problemas ligados à estruturação dos órgãos gestores, ao recrutamento e preparação dos quadros superiores e médios que os vão preencher, à formação do pessoal, à organização do trabalho, em suma, às disciplinas da administração hoje inseparáveis da gestão quer pública, quer privada.

Tomada de consciência

Naturalmente que a tomada de consciência quanto a estas questões foi mais sensível nos países com elas familiarizados em razão do seu desenvolvimento económico-empresarial, mas a própria evolução da segurança social veio incentivar essa atenção com razões específicas essencialmente decorrentes do seu

extraordinário crescimento e da necessidade de controlar os seus custos aparentemente em subida imparável. Tais fenómenos, há muito conhecidos na maior parte dos países europeus e contra atçados com adequadas reformas de estrutura e de gestão, já se manifestaram entre nós sem margem para dúvidas sobre o processo em que estamos envolvidos. Nos últimos cinco anos as despesas da previdência passaram de seis para cerca de vinte milhões de contos e só o custo do seguro doença (em grande parte assistência médica e farmacêutica) tem a significativa evolução que o quadro 3 documenta. Por outro lado, a percentagem da despesa da administração sobre o total dispendido pela previdência quando comparada com indicador idêntico respeitante a outros países (quadro 2) levaria por si só a um grito de alarme sobre a eficiência da máquina que a serve. Não deixa de ser este um preocupante motivo de reflexão perante a perspectiva de reformas tão importantes como as que estão implícitas no projecto de lançamento dum serviço nacional de saúde, para além do aumento de medidas a prazo mais curto. É pois, o momento de atentar em quanto importa fazer no domínio da gestão em face do imobilismo que sempre pesou sobre ele.

JSS

Aspectos prioritários

Num país que só agora desperta para esta ordem de problemas e que em amplos estratos de responsáveis se lhes manifestam alicios as coisas não se apresentam floco particularmente nos domínios da segurança social. Se quisermos condensar os aspectos prioritários de actuação diretos que os problemas mais instantes se localizam na estrutura e composição dos órgãos directivos, na formação dos quadros superiores e médios, na racionalização dos serviços, na responsabilização funcional e financeira das gerências e no teor das relações que necessariamente intervêm entre os organismos e o estado. A título de exemplo, aproximemo-nos de alguns problemas dos órgãos directivos e da sua responsabilização.

Dos conselhos gerais pouco se poderá dizer para além de que o seu distanciamento dos organismos a que pertencem anula a sua validade como órgão de fiscalização efectiva. Por seu lado as direcções pela sua composição e regras de funcionamento participam numa ampla natureza, geradora e fiscalizadora, funções que deviam nitidamente de separarem-se sob pena de gerarem, como se verifica, situações de bloqueio ou de desinteresse. Pesa ainda desfavoravelmente sobre elas a flagrantíssima ausência de um plano-base de preparação e formação dos funcionários que as preenchem, oriundos muitos deles de carreiras de bem diversa índole e cujo sentido de iniciativa e responsabilização não é estimulado pelo tipo de relações demasiado centralizadoras intervenientes entre as instituições e os órgãos de tutela do ministério respectivo. Diluída a fiscalização na gestão e esta naquela, nunca assumiu expressão nem o seu verdadeiro significado a presença dos trabalhadores nos órgãos directivos, condicionamento que a excessiva centralização acima aludida, nomeadamente quanto às decisões de carácter económico-patrimonial, só veio agravar.

Como é de ver, os factores que influem negativamente, nas direcções estendem-se à gerência respectiva. Intervêm aqui primordialmente os efeitos des-

QUADRO I

	Alemanha	França	Itália	Holanda	Bélgica	Luxemb.	Portugal
Despesas Sociais % P.N.B. p. mercado	19,9	18,3	18,9	20,6	17,2	17,7	4,9
Prestações Sociais % R. Nacional	24,3	22,4	21,1	24,6	20,6	—	5,1

QUADRO II

Discriminação	Alemanha	França	Itália	Holanda	Bélgica	Luxemb.	Portugal
1. Prestações Sociais	94,3	94,4	90,4	96,5	94,5	96,6	87,6
2. Gastos de Gestão	4,5	4,0	5,3	3,5	5,0	3,2	11,8
3. Outras Despesas	1,2	1,6	4,3	0,0	0,5	0,2	0,6
4. TOTAL	100	100	100	100	100	100	-100

QUADRO III

Anos	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Custo do seguro						
Doença (em contos)	1 780 942	2 114 514	2 769 810	3 336 798	5 152 533	6 807 785
Porcentagens		18,7%	29,1%	20,4%	54,4%	32,1%

motivadores dum sistema integrante de fiscalização e controle. Se os conselhos gerais das caixas passarem distraidamente os olhos pelas contas anuais e os serviços centrais se limitam a uma apreciação de legalidade sobre uns quantos aspectos, isso se deve também ao facto de, pelos critérios da sua apresentação, não ser visível uma apreciação sobre o significado económico das despesas dificultando aquilo que seria essencial: o controle dos custos e uma apreciação da gestão. Certamente que é das contas que se colhem dados estatísticos globais

que são amplamente utilizados, mas o importante seria que as contas prontadas periodicamente o fossem em termos de verificação económica das receitas e despesas caixa por caixa ou que, pelo menos, delas constassem indicadores respeitantes aos aspectos mais relevantes dos diferentes riscos e que pudessem ser confrontados com valores-padrão que actualizassem os custos no bem e no mal sentidos. Não é difícil imaginar quanto desmotivará uma direcção a certeza antecipada de que os resultados da sua gestão se diluirão na "compensação

geral" sem mais comentário e quando, paradoxalmente, os actos mais conhecidos de administração exigem autorizações ou sancionamentos pedidos quase diariamente ao ministério.

Reconversão

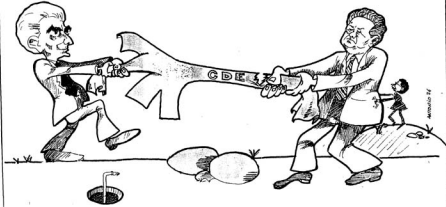
Menos do que a crítica importa neste momento evidenciar ainda que uma reforma no sentido da segurança social passa necessariamente por uma reconversão de toda a ad-

ministração. A esta se liga também a inadiável tarefa de reestruturar os serviços e dinamizar o trabalho administrativo. Com estruturas e métodos de actuação talhados pelo figurino dos serviços públicos os serviços da previdência foram respondendo ao acréscimo de inercias e de prestações com aumentos sucessivos de unidades de trabalho crescendo quantitativamente, criando aparelhos lentos e pesados, tendo-se proleto aquilo a que se vem chamando a "reconversão qualitativa dos serviços". Problemas deste género não se resolvem só com o computador, que prescreve precisamente aquela reconversão. E esta não se faz num dia: é um trabalho moroso tanto mais ingrato quanto é certo que não há dividendos políticos no dia seguinte...

Relações de dependência assilantes

Mencione-se ainda, apenas para finalizar esta série de pontos exemplificativos, que, quando faz carreira a desconcentração da mesma máquina administrativa do estado e se apontam as virtudes da autonomia para uma gestão responsabilizada não faz sentido que na criação de estruturas novas ou na readaptação das existentes se perpetuem as relações de dependência que neste momento assilam não só as instituições como os órgãos de tutela, aquelas pelas unidades autorizadas e consultas que têm de proceder os seus actos, estes impossibilitados de dar razão a todas elas ao tempo útil. É o bloqueamento mútuo em que todos são vítimas do sistema praticado.

A opção já feita pelo lançamento de um serviço nacional de saúde terá as mais fundas repercussões em termos de segurança social. Significará para já um substancial acréscimo de despesas sociais arrastando-nos à modesta posição que ocupamos no contexto europeu (quadro II), mas conduzindo-nos também ao confronto com os graves problemas inerentes aos níveis de saúde económica mais robusta do que a nossa e que têm sentido o peso das dificuldades, temos de começar por aqui: saber gerir.



158

Situação política angolana no limiar da descolonização

AS CONDIÇÕES OBJECTIVAS FAZEM APARECER UM INIMIGO DIFERENCIADO

“COMO SABE, Angola é um problema extremamente complexo, visto que os próprios movimentos de libertação estão divididos. Portanto, tudo o que houver de fazer em Angola tem de ser feito com muita prudência, com muito cuidado e vai levar o seu tempo. Mas a nossa vontade de cumprir as promessas feitas na matéria de descolonização permanecem. Simplesmente temos de ter em atenção a complexidade da situação angolana, não só porque os movimentos de libertação não estão unidos, como a população portuguesa é muito mais expressiva em número do que os outros territórios, e temos de encontrar uma solução justa e equilibrada, o que levará bastante tempo”.

Não às terceiras forças

Estas palavras foram pronunciadas pelo ministro Melo Antunes momentos antes de embarcar para Lusaca, integrado na delegação às conversações com a Frelimo. Elas resumem certamente um dos maiores problemas que enfrenta o governo português cuja sinceridade na descolonização não pode ser posta em dúvida, embora nem todos os seus componentes a entendam da mesma maneira. A Guiné está por dias, Moçambique por meses (talvez dez, segundo nos afirmou homem responsável pela governação do país). O processo nos dois territórios segue caminhos quase paralelos, atendendo às divergências impostas pelos próprios condicionaisismos circunstanciais. Na Guiné a transmissão dos poderes fez-se para o Pa. I. G. C., em Moçambique vai fazer-se para a Frelimo. Terceiras forças não foram consideradas na Guiné, terceiras forças não serão consideradas em Moçambique. "Os partidos surgidos

após o 25 de Abril em Moçambique, não são interlocutores válidos para o governo português que só considera, como tal, a Frelimo", declarou-nos um dos elementos da delegação de Lusaka. Poderão desta feita perder veleidades, aliás alimentadas em algumas instâncias do poder lisboeta, já há bastante tempo a esta parte contactadas por todas essas terceiras forças que começaram a fervilhar em território moçambicano.

Mas não é de Moçambique que nos vamos ocupar. O seu caminho está traçado e no horizonte surgem as linhas-mestras pelas quais vai pautar a sua vida. As linhas mestras de ordem jurídica quer no plano interno, quer no plano internacional (convivência com os outros países) começam a delinear-se segundo esquemas já de todos conhecidos.

O problema, agora, é Angola, da qual nos vamos ocupar em termos o mais simples possíveis, procurando traçar um panorama da actual situação política que não é nada simples.



A confirmação de Agostinho Neto na presidência do M.P.L.A., reforça a posição anticolonialista

Forças em jogo

Seria extremamente simples falar do panorama político de Angola em termos de governo português e movimentos de libertação. A fazê-lo pouco esclareceríamos. Parecer-nos mais consentâneo com as realidades falar em governo português, M.P.L.A., F.N.L.A., UNITA, vários partidos surgidos à última da hora (as tais terceiras forças, umas em linha neo-colonialista outras em marcada atitude colonialista e racista), população branca e interesses estrangeiros. Falar, porém, de população branca pode correr-se grave risco de tomar a parte pelo todo ou o que será pior, a cor pela ideologia. Brancos há que desejam a independência em termos ideológicos muito

semelhantes, se não coincidentes, com os do M.P.L.A., outros com a UNITA e alguns (poucos) com o F.N.L.A. Há, porém, da parte da população branca, a camada sempre privilegiada, um receio aberto ou surdo do que lhes poderá acontecer numa Angola em que a maioria, em termos de cor, passe a governar o país. São receios que resultam de conscientes que bem sabem estar acumulados no subconsciente da população negra. Não devemos esquecer, porém, que os brancos constituem dez por cento da população angolana, havendo quem escreva que são a étnia mais numerosa de Angola. Esta linguagem, porém, revela mentalidade racista, uma vez que os brancos não

estão todos unidos enquanto brancos, tornando-se claro, com o decorrer dos tempos, que a luta se coloca mais em termos de classe na relação com os detentores dos meios de produção e as forças trabalhadoras, se bem que haja a tendência generalizada para identificar a cor, enquanto tal, como a detentora das forças produtivas. Contra esta maneira de pensar se estão a insurgir os movimentos de libertação, à cabeça dos quais o M.P.L.A., o F.N.L.A. e a UNITA tentam seguir esta linguagem, embora todo um passado de compromettimentos não abone em seu favor, muito em especial o da UNITA, em virtude com as ligações com o regime de Caetano.

O Congresso do M.P.L.A.

Realizou-se, há dias, o chamado Congresso do M.P.L.A., em Lusaka, em ambiente de pouca calma, numa atmosfera de feira, como a classificou Agostinho Neto, congresso esse que tinha como objectivo principal eliminar as dissidências que impediam o movimento de aparecer azido em ordem a um diálogo de independência. O M.P.L.A. é, sem dúvida alguma, o movimento com mais penetração no povo angolano, aquele que goza da maior força política e maior aderência por parte das populações. Mas o M.P.L.A. encontrava-se dividido em três facções, a do Dr. Agostinho Neto, o líder que a maioria tinha como contestado pela sua emergadura moral a que juntava a luta sempre activa em prol da libertação, a facção Daniel Chipenda (Revolta Leste) e o grupo da Revolta Activa (impulsionado por Mário de Andrade. Importa não confundir Mário de Andrade, um dos fundadores do M. P. L. A. com o seu irmão Joaquim Pinto de

Andrade que passou boa parte da sua vida nos cárceres da Fide, presidente de honra do M.P.L.A., o qual se conservou à margem destas manobras divisionistas. O Grupo de Revolta Activa contestava o demasiado presidencialismo que, segundo eles, Agostinho Neto imprimia à direcção do M.P.L.A. e nesse sentido publicou, vai para três meses, um extenso documento, contendo críticas acerbas contra Neto. No entanto, a maioria dos visantes não eram homens empenhados na luta activa, sendo mais intelectuais a deambular em missão de propaganda por esses países fora.

Os jornais portugueses anunciaram que Daniel Chipenda havia sido eleito presidente do congresso, fazendo-se eco das agências internacionais que forneceram a notícia. Era visível, no entanto, ao observador que soubesse um mínimo da interioridade do M.P.L.A. que tal notícia era falsa. Acontece, porém, que os diários portugueses

estão apostados em publicar tudo o que vem das agências internacionais sem o sujeitarem a um mínimo de crítica. O próprio documento publicado por Agostinho Neto era claro e bem claro que a presidência de Chipenda não seria aceite. Aconteceu que Chipenda praticamente se auto-elegeu. Nunca Chipenda seria reconhecido pelo M.P.L.A. em bloco. Chipenda, presidente, com excepção de Neto, seria o golpe mais rude vibrado contra o M.P.L.A., a que o movimento dificilmente resistiria. Mas a imprensa portuguesa que teima em não criar especialistas para cada um dos assuntos atira para o ar com a primeira notícia que recebe, sem a peneirar devidamente. Sobre tudo em política, as forças actuantes em cada situação contam substancialmente para se valorarem as notícias que surgem de um momento para o outro e que podem ser puxadas pelas conveniências de cada qual. Chegados aqui, ape-

tecia-mos perguntar: não há quem se resolva a pagnar por uma imprensa portuguesa em termos de profissionalismo autêntico?

No meio de toda esta confusão é importante sublinhar que apesar das facções divergirem no seio do M.P.L.A., nenhuma delas quiz abandonar o nome do movimento tal a força intrínseca que lhe reconhecem.

Foi agora anunciado, entretanto, aquilo que estava na lógica da história: Agostinho Neto conserva a presidência do M.P.L.A. e Pinto de Andrade e Chipenda assumem a vice-presidência. Foi um compromisso para resolver na prática o problema mais importante. Uma frente unida, em comité alargado, nesta hora de independência. Será formado assim, segundo foi acordado em documento assinado, na terça-feira a criação de um comité central de trinta e nove membros, militantes do M.P.L.A.. Destes, 16 pertencerão à facção Agostinho Neto, treze à Re-

volta Leste (Chipenda) e dez à Revolta Activa (Andrade).

Para se chegar a esta conclusão, muitos foram os chefes de Estado estrangeiros a diplomatarem, com especial relevo para Kaunda e Nyerere. Em todo este contexto, porém, enxerta-se um homem que foi infatigável para que o M.P.L.A. encontrasse o caminho da prática, aconselhando-a a adiar a discussão de questões ideológicas para um amanhã. Este homem foi Samora Machel, certamente um dos conselheiros mais importantes em toda a complexa meada. Aliás, Samora Machel podia apresentar o exemplo da Frelimo: como esta consegue superar as contradições que vão surgindo no seu seio através de uma dialéctica interna em clima de discussão aberta e franca, tendo sempre presente e bem presente o dado fundamental, ou seja, saber exactamente quem é o inimigo.

A lição de saber quem é o inimigo

Em termos de inimigo não deixa de vir a propósito relatar que uma das preocupações constantes dos movimentos de libertação de teor revolucionário, foi sempre a individualização, o mais concretamente possível, do inimigo a combater. Pois há dias, em reunião do M.P.L.A., ainda antes do congresso de Lusaka, foi de novo formulada a pergunta: quem é o inimigo. Nesta altura, a discussão foi acesa, pois já é mais difícil individualizá-lo. Antes era o colonialismo português representado pelo Governo e pelas Forças Armadas. **Podem dizer-se que agora as Forças Armadas e Rosa Coutinho são ainda o inimigo? A resposta foi quase unânime que não. Em termos de Lisboa (poder) a coisa ainda não é totalmente clara para o M.P.L.A.. A reconversão**

das Forças Armadas é um facto e o inimigo já se encontra, agora, mais diluído, acolitando-se, inclusivamente, no próprio seio do Movimento, enquanto fomenta manobras divisionistas. Essas manobras nas actuais circunstâncias são geradoras de colonialismo ou neo-colonialismo.

Acontece, também, que há nações africanas e chefes de Estado interessados nessas manobras. Não nos podemos esquecer que o F.N.L.A. é inimigo do M.P.L.A., nem nos podemos esquecer que F.N.L.A. é Holden Roberto e Holden Roberto pertence a Mobutu a quem está unido pelo cordão umbilical. Não deixou de causar estranheza aos observadores do Congresso de Lusaka a presença de enviados de Mobutu e o apoio que concederam a Chipenda. Como também

não deixou de causar motivo de reparo o facto de, pouco depois das agências internacionais haverem anunciado a eleição de Chipenda, este declarar que favorecia a auto-determinação de Cabinda.

São conhecidas as simpatias que Mobutu nutre pelo enclave, como são conhecidas igualmente as relações entre Mobutu e os americanos. Não há dúvida alguma que Chipenda ofereceria garantias não apenas de plano inclinado a Mobutu como não desagradaria ao grande capitalismo. A somar a tudo isto, que é como quem diz à ofensiva neo-colonialista, acresce o facto de haver passado pelo Buçaco uma individualidade não identificada que, segundo rumores que julgamos dignos de crédito, seria um emissário directo de Mobutu.

As terceiras forças

Retomando o fio a meada: em virtude das forças em presença tudo leva a crer que se prepara para Angola uma situação diferente daquela que vai ser vivida em Moçambique. Os partidos políticos continuam a surgir e elementos que fazem parte do actual governo angolano, como por exemplo, o eng.º Falcão, declararam ao "EXPRESSO" que as diversas facções políticas deviam ser representadas no panorama da governação. Apesar disso, o almirante Rosa Coutinho continua a ser alvo de forças racistas, como se prova pela transcrição de parte de um comunicado do Exército Secreto de Intervenção Nacional. Trata-se exactamente do comunicado n.º 12 e o respectivo teor identifica a sua origem e é bastante para a classificar. Rosa Coutinho é considerado comunista, é insultado e o exército a que se acrescenta o qualificativo de spinollista, vilipendiado.

Vejamos alguns extractos: "Analisados a luz fria das realidades os últimos acontecimentos em Luanda, não pode este comando (do ESINA) ficar insensível ao criminoso processo de destruição a que se devotam hostes nefandas dos movimentos terroristas do M.P.L.A. e F.N.L.A. a coberto da insidiosa, traiçoeira, nojenta e covarde acção do Exército Spinollista"... E continua mais adiante: "A população branca deve contar como inimigo a combater implacavelmente, todo o membro, simples partidário ou simpatizante dos chamados movimentos terroristas, M.P.L.A. e F.N.L.A."... Sintomaticamente não se menciona a UNITA. "O Exército Spinollista, continua o comunicado, empenhado na grotesca e nojenta transacção da nossa Angola para as mãos dos criminosos negros que a aniquilariam de imediato com as suas lutas tribais revigoradas pelo desabrochar de ódios seculares, deve merecer de toda a população branca a mais viva repulsa e desconfiança.

Este comando pede a colaboração por todas as formas, por todos os meios, da população branca com os membros deste exército, acatando, por outro lado, as instruções emanadas deste quartel-general e divulgando-as o mais rapidamente possível entre elementos brancos de inteira confiança a fim de se constituir... um grande elo de solidariedade que una todos na gigantesca obra de construir a República de Angola que apenas pode ser próspera e risonha se confiver unicamente no Centro da Declaração a etnia branca..."

"Recomenda-se à população branca o seguinte procedimento: formação de milícia visando a manutenção do estado de alerta total. Em caso de provocação por bandoleiro negro a defesa deve ser feita procurando o aniquilamento total e imediato do provocador. Não desperdiçar munições em tiros para o ar. Destruir os locais suspeitos de em si conterem elementos terroristas. Dispondo de armas, jamais chamar o exército spinollista.

Reafirma-se o comunicado n.º 11 em que era anunciado para 12 do corrente mês nova distribuição de armas e munições à população branca residente em zonas de agitação. Pede-se, mais uma vez, aos que tinham recebido armamento deste Comando (ou que possuam arma própria) que em caso algum entreguem armas ou munições aos traidores do exército spinollista, forma sublime de colaborar com o inimigo e de talhar a própria sepultura.

Informação sobre os acontecimentos ocorridos nos dias 6 e 7 (estimativa): BRANCOS: 7 mortos e 12 feridos. PRETOS: 35 mortos e cerca de cem feridos. 12 casas comerciais (mercearias e oficinas) total ou parcialmente destruídas; 11 carros roubados; 9 totalmente destruídos.

Este comando lamenta a perda do seu combatente capitão Mendonça Júnior, preso e levado de Angola

pelos sicários do Governo de Vendilhões surgido no dia 25 de Abril.

Luanda, 8 de Agosto de 1974 — Quartel General do ESINA".

Não nos parece que o Exército Secreto de Intervenção Nacional tenha demasiado peso em Angola. Se transcrevemos esse pedaço foi mais para demonstrar como as forças racistas olham para o exército português, vendo nele o inimigo, sendo claro, por outro lado, que as condições objectivas de luta se transformaram radicalmente, o que provoca, necessariamente, outros juízos de valor. O inimigo de uma Angola livre e independente cada vez mais tem de ser procurado no interior de Angola e nos círculos concêntricos do imperialismo nacional e internacional. Tais grupos extremistas são parentes próximos de outros que actuam em Portugal e talvez convenha não descurar a publicação iminente de vários jornais e, sobretudo, a republicação da Política, periódico que havia desaparecido com o 25 de Abril e que está resolvido a reaparecer com a mordência extremista que era seu timbre.

De todo este panorama ressalta que ninguém, ou quase ninguém em Angola põe a independência em causa. No entanto, há grupos que pretendem uma independência racista, grupos estes sem qualquer chance de não seja a efectivação de acções terroristas desesperadas. Há outros que pensam numa independência que podemos classificar em termos de neo-colonialismo que não será apenas o neo-colonialismo português, já que Portugal é até um dos países com menos possibilidades para manter, a longo prazo, uma política neo-colonialista, podendo, no entanto, servir como tráfego de influências.

Há quem pense num esquema político para Angola em moldes partidários do tipo europeu e que os movimentos de libertação mais não seriam que um partido em pé de

igualdade com os outros. Esta política encontraria simpatias em Portugal e em círculos próximos do Presidente da República, sabendo quanto é cara ao Presidente Spínola a resolução dos problemas coloniais em clima de auto-determinação que se traduza em consulta directa às populações. Esta a opinião também de todas as outras forças.

Que dirá o M.P.L.A. e o F.N.L.A. — Mobutu a tudo isto? O que pensa a Organização da Unidade Africana que reconhece tanto o M.P.L.A. como o F.N.L.A.?

Atendendo às declarações dos dois movimentos, a situação seria relativamente clara se ambos comungassem da mesma visão da vida, o que não é verdade. Por outro lado, todas as outras forças em presença vão tentar fazer de Angola uma democracia de tipo europeu-occidental.

Faça a tudo isto Angola é hoje um dos laboratórios políticos mais apaixonantes do mundo e a região que mais chama pela capacidade de manobra dos negociadores, e presa cobiciada pela sua riqueza actual e potencial e pelo que representa de valor estratégico.

CAMPOS, António Correia

A Política da Saúde nos últimos trinta anos

António Correia de Campos

A EVOLUÇÃO da política da saúde nos últimos 30/40 anos, feita a partir dos mais significativos textos legislativos revela-nos a predominância de certa incoerência doutrinária, cujos reflexos práticos se traduziam em orientações tergiversantes onde era debaixo de um vasto campo de acção ao oportunismo político, à demagogia, à "política de coutada", e até a uma certa ingenuidade de alguns dos actores que ocupam a cena, habilmente explorados pelos condutores do jogo.

Desde a última guerra até aos nossos dias os progressos verificados nas ciências da saúde, em especial nas ciências bio-médicas, provocaram em todo o mundo uma modificação radical e aceleradamente conseguida, na organização e funcionamento dos serviços de saúde. Naturalmente que nem todos os países beneficiaram na mesma medida desta evolução. Alguns houve e nem sequer os mais ricos ou mais desenvolvidos e economicamente fortes, onde as medidas tomadas foram de tal forma universais, generalizadas e eficazmente realizadas, que se encontram hoje à cabeça dos países com melhores padrões de saúde. Em outras nações a luta pela melhoria das condições sanitárias apoiou solidamente indústrias e serviços, contribuindo também para reforçar as características de organização do capitalismo do seu modo de produção.

No nosso País verifica-se porém, que a melhoria dos níveis de saúde não acompanhou o ritmo do resto da Europa. Terá sido por falta de definição de uma política correcta? Ou por falta de execução das diversas políticas definidas? Uma e outra realidades se verificaram, mas elas são mais condicionantes que condicionadas. A Saúde em Portugal foi desprezada ao longo deste período porque as relações de produção puderam manter-se quase inócuas e pouco ou nada sensíveis à situação de saúde do País. Só quando a emigração dos anos 60-70 começou a fazer escassear a mão de obra, se tornou necessário cuidar de promover a cobertura hospitalar dos trabalhadores por conta de outrem. Uma vez curados, e quanto mais depressa melhor, impunha-se que ingressassem de novo no ciclo produtivo. As preocupações pela saúde dos trabalhadores foram entre nós, tal como na generalidade dos países capitalistas, simultâneas ao aparecimento das preocupações de produtividade. Até lá, confiava-se que a caridade resolvesse os problemas.

A Saúde em Portugal reflecte pois a exacta medida do nosso

capitalismo. E como ele próprio tem profundas assimetrias — empresas sólidas, ao lado de empresas fráguas — assim também as primeiras sentiram necessidade de organizar ao lado do sistema de saúde da generalidade dos trabalhadores, (serviços médico-sociais da Previdência) subsistemas privados dos seus assalariados. Os trabalhadores da função pública, em degradação progressiva e irreversível, viram-se objecto de tratamento parcelar, menos amplo, mais tardio e de menos eficaz funcionamento que o regime geral da previdência.

Pareceu-nos útil refazer a leitura dos textos legislativos que nos últimos anos 30-40 anos atestam as intenções — quantas vezes mistificadoras — do legislador da política da saúde em Portugal. Ela vem-nos revelar a existência de três fases ideologicamente caracterizadas, embora cada uma delas seja passível de subfases.

1.ª — Fase exortativo-fascista: é a fase dos tempos heróicos do corporativismo fascista e vai até ao Decreto-Lei n.º 35 108, exclusivo. O seu expoente legislativo é a Lei n.º 1998 de 15 de Maio de 1944 que ficou conhecido como o Estatuto da Assistência Social. É a fase mais demarcada ideologicamente, por ser a mais intolerante e determinada no seu reaccionarismo.

2.ª — Fase Assistencial: iniciou-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 35 108 de 7 de Novembro de 1945 e irá durar quase 20 anos, terminando com a publicação do Decreto-Lei 413/71 de 27 de Setembro (Lei Orgânica do Ministério da Saúde e Assistência). A duração desta fase poderá admitir a sua segmentação em sub-fases ou capítulos. Anote-se porém que há elementos constantes ao longo de todos estes anos: a incoerência doutrinária, a tergiversação de orientações na execução prática, a apropriação das ideias «alistas» de esquerda, o perfil tecnocrata, em suma, a contradição permanente entre as várias focas que ocupavam o poder no campo da saúde. A Lei n.º 2120

de 19 de Julho de 1963 (Estatuto da Saúde e Assistência) é o diploma fundamental desta fase e as contradições que dele resultam (bem como do parecer da Câmara Corporativa) representam paradigmaticamente todo este longo e importante período.

3.ª — Fase Sanitarista: iniciada com a publicação do Decreto-Lei 413/71 de 27 de Setembro, denominada Lei Orgânica do Ministério da Saúde. A partir de uma política de saúde tecnicamente bem estruturada concebeu-se um sistema parcial mas que se desejava unitário e universal. A perfeição do esquema teórico corresponde a incapacidade, cedo manifestada, de lhe dar seguimento no contexto político-social do país. O 25 de Abril vem apanhar o Ministério da Saúde em profunda crise de desagregação e de violação quotidiana dos princípios definidos e das orientações postuladas em 1971. A ingenuidade dos autores e actores da reforma é acompanhada pelo oportunismo de certas alianças tácticas que lhe apressaram o fim.

Itémos de seguida abordar cada uma das fases acima caracterizadas, através da verificação do seu comportamento face aos seguintes parâmetros:

- Responsabilidade do Estado na saúde das populações;
- Funcionamento interno do sistema;
- Orgânica dos serviços;
- Tratamento dos problemas de pessoal;
- Responsabilidade pelos encargos financeiros dos serviços prestados.



A saúde em Portugal...

através da pureza dos princípios assistenciais, assentava na não intervenção do Estado nos problemas de saúde. Deveria limitar-se, tal como as autarquias, a uma intervenção supletiva das iniciativas particulares; só na falta destas deveria o Estado promover ou sustentar as obras de assistência. E mesmo assim elas deveriam ser desocializadas logo que tal fosse possível sem prejuízo da assistência a prestar.

Absorvia a excepção para os serviços de «sanidade geral» ou aqueles cuja complexidade ou superior interesse público aconselhassem a manter em regime oficial. Não era mais que a força da inércia das instituições criadas pela grande reforma de Ricardo Jorge do virar do século, que se admitia poderiam continuar como estavam.

Foi a época de ouro das instituições particulares de assistência e socorridades das Misericórdias. O seu estatuto era apontado como paradigma e chegou-se ao ponto de desocializar instituições de grande dimensão e de largas tradições oficiais, como os Hospitais Cívicos de Lisboa e os Hospitais da Universidade de Coimbra. «A solução do problema da assistência» (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 27/710 de 1937) estará mais no desenvolvimento das suas formas privadas do que na luxuriante vegetação dos organismos públicos, burocratizados, estabulizados, ou sejam mecânicos e inertes.

b) Quanto ao funcionamento dos serviços, admitia-se que as actividades preventivas ou recuperadoras (sic) teriam preferência sobre as meramente curativas (Lei n.º 498 de 1944). Ao longo de todos os anos seguintes vamos encontrar este princípio erigido em razão de ordem e despendidamente violado na execução imediata dos próprios textos em que se insere.

A assistência à maternidade, orfandade, abandono, doença ou invalidez será prestada de preferência no lar. O conceito de parto em estabelecimento hospitalar era como se vê, sendo horensis, ou então tolerada para os tão pobres que não tivessem um lar.

Em todas as obras de assistência era obrigatória a separação dos serem tanto entre os assistidos como entre o pessoal.

Os internatos infantis deveriam ser instalados fora dos meios urbanos, sendo as faculdades excepcionais e as vocações reveladas nos pupilos cultivadas e protegidas cinquante o noventa. Este era o princípio da promoção social dos deserdados da fortuna: se eram bem comportados e «não faziam ondas», podiam ir longe. Mas se mostrassem um pouco de espírito crítico, por motivos excepcionais que fossem as suas qualidades, cessava a protecção por terem deixado de a «merecer». Dir-se-ia vivermos num universo de Dickens.

Pela primeira vez aparecem claramente desenhadas intenções de eficiência de serviços, sob a forma de correcção económica da vida das instituições (Decreto-Lei 31 913 de 1942). Elas deveriam procurar o maior rendimento social com o menor dispêndio. Para tal se dispunham regras de gestão interna de extremo rigor.

Quanto às formas de assistência a desenvolver elas são fundamentalmente duas:

— actividade sanitária, abrangendo a profilaxia e defesa da

tuberculose, o senezismo, o cancro, as doenças infecciosas, doenças e anomalias mentais, as da nutrição e as adquiridas no trabalho, e outros males sociais ou vícios generalizados.

— outras modalidades: assistência à família, assistência à maternidade e à primeira infância, assistência à segunda infância e a assistência à vida ameaçada ou dissimulada.

c) Característica desta fase, e decorrente das intenções de desocialização de assistência, é a dispersão de meios de acção e de instâncias de controlo e direcção: a assistência à tuberculose era prosseguida por um órgão próprio, com grande autonomia, a assistência à família igualmente, a assistência à maternidade e primeira infância seria prosseguida por outro instituto autónomo, o Instituto Maternal. Para a segunda infância haveria a Casa Pia de Lisboa e na periferia serviços a criar decalcados nos daquela. A assistência na doença estaria a cargo de institutos superiores de investigação, hospitais, sanatórios, centros de profilaxia e assistência social, postos de consulta e socorro, clínicas psiquiátricas e colónias agrícolas para loucos, casas ou institutos de preservação ou de regeneração, recolhimentos, asilos ou albergues, hospitais de convalescentes ou incuráveis.

Finalmente para as falhas, lá estavam as Misericórdias que seriam, «quanto possível, o órgão coordenador e supletivo na assistência à maternidade, primeira e 2.ª infância e na doença» (Lei n.º 198 de 1944).

Como coordenar uma tão vasta e dispersa colecção de meios? Um Conselho Superior de Higiene e Assistência Social, duas Direcções Gerais (Saúde e Assistência) e a Inspekção da Assistência Social. Este é o único órgão verdadeiramente novo da reforma e a sua razão de ser filia-se directamente na política de desocialização. Uma vez que as instituições passavam a particulares, elas têm de ser inquiridas, inspeccionadas e fiscalizadas.

O funcionamento desta massa de retalhos não pode aunar em toda a sua pureza os conceitos de desocialização. E que, o poder no fascismo era sempre desconfiado. Por isso se mantiveram as duas direcções-gerais tradicionais e se criou um órgão que funcionava como espada de Damóclides da legalidade, a Inspekção da Assistência Social.

Quanto aos objectivos finais da assistência, como eles eram dispersos, não podiam ser atingidos. E a situação de saúde no país mantinha-se em nível degradante, como afinal veio a reconhecer o preâmbulo do

Decreto-Lei n.º 35 108 de 1945, destinado a regulamentar a Lei número 198.

d) O tratamento dado nesta fase aos problemas de pessoal é outro dos aspectos que melhor caracterizam o reaccionarismo dos seus mentores.

A desocialização fez perder ao pessoal das instituições de assistência em regime de participação o estatuto de funcionários públicos. Propunha-se que esse pessoal passasse a ser recrutado por contratos de simples prestação de serviços ou de assalariamento, fórmulas con-

traçadas com base na modestia de regalias que conferem aos servidores do Estado. Os quadros fixos deviam ser reservados às funções directivas e de chefia.

A mística religiosa prevalentemente nestes dignos responsáveis pela coisa pública levava-os a exigir de todos os trabalhadores de saúde «bom comportamento moral e um teor de vida irrepreensível». Claro que ficaria ao critério dos chefes o que fosse bom comportamento e teor de vida, para facilmente se poderem desembarçar dos colaboradores incómodos.

O exercício de enfermagem hospitalar é reservado a mulheres solteiras ou viúvas sem filhos. Esta óbvia proibição das enfermeiras casarem é responsável pelo gravíssimo labufo com que a classe se viu perseguida durante anos, nos meios mais reacconários.

Os serviços administrativos são reservados ao sexo masculino, salvo nas instituições destinadas ao sexo feminino.

A amostra é significativa do cientismo das regras da gestão de pessoal das instituições de saúde há trinta anos.

e) Quanto aos encargos financeiros da assistência prestada, a quem caberiam eles? Ao Estado? Às instituições particulares da assistência? Em boa lógica deveria ser à caridade individual ou organizada, mas como o pagamento dum factura não se pode assimilar a uma esmola, daí o aparecimento em todos os textos mais importantes, de abundante e bem urdida legislação acerca da responsabilidade pelos encargos da assistência.

Pois o principal responsável não é senão o próprio assistido, seus ascendentes, descendentes e os demais parentes com obrigação legal de alimentos. A seguir virão os responsáveis pelo nascimento de filhos ilegítimos, depois os organismos corporativos ou as instituições de seguros, os fundos ou receitas próprias das instituições, as câmaras municipais e só em último lugar o Estado.

Como se vê, estamos longe do direito à saúde, e quase poderemos dizer que a população não tem sequer direito à doença. Só o terá, se dispor de meios para pagar os cuidados a prestar pela assistência.

2.ª fase: (assistencialismo)

O longo período de 20 anos que atribuímos a esta fase (de 1945 a 1971) revela-nos um permanente espectáculo de luta oculta entre os elementos mais reacçãoários e os menos reacçãoários do fascismo. Em muitas ocasiões a luta travava-se apenas entre o obscurantismo e o simples bom-senso político. Se é historicamente correcto que reformas pioneiras no campo da Segurança Social se deveram a políticos das direitas — Himmler na Alemanha, Beveridge no Reino Unido — também é verdade que a direita portuguesa não soube colocar no departamento da saúde os políticos inteligentes e dinâmicos capazes de extrair do sistema montado a melhor utilidade. A mediocridade ombreava com a corteza de vistas e raras foram os governantes que lograram distinguir-se. Enleados pelos compromissos políticos que os punham ao regime, mesmo estes aceitavam toda a espécie de cedências, de tergiversações e acabavam por construir pseudo-sistemas, verdadeiras ficções jurídicas insuscetíveis de sucesso prático.

Excepção típica da incoerência política do fascismo barroco que vivemos é o do Decreto-Lei n.º 35 108 de 7 de Novembro de 1945 que reorganizava os serviços da assistência social. Destinando-se a regulamentar a Lei n.º 1936 de 15 de Maio de 1945, mas nascida já da pena de outro governante, representa um dos típicos exemplos de desenvolvimento pelas intenções do legislador da lei-mãe. Neste caso, abandonavam-se em nome do realismo político, as coerências doutrinaárias do assistencialismo, atribuindo ao Estado de forma velada uma grande parte das responsabilidades no campo da Saúde, tanto preventiva como

curativa. A linguagem é completamente diferente, os objectivos também. O facto de o seu autor ter desempenhado papel de relevo nas primeiras medidas de previdência social que visavam melhorar as condições económicas dos trabalhadores (terre e/ou abono de família) imprime-lhe um cunho de fácil exequibilidade e de integração no conjunto amplo das acções globais de segurança social.

Embaraçosos aos compromissos ideológicos do corporativismo, não era porém possível aos sucessivos subsecretários da assistência social e depois aos ministros da saúde e assistência, desenhar um sistema completo de cuidados de saúde que ao menos integrasse os diversos meios que cada departamento de estado por sua conta ia criando. Assim foram nascendo leis e decretos-leis que abandonavam de forma sempre parcelar alguns dos problemas de saúde, como a Lei da Assistência Psiquiátrica em 1945, a Lei da Assistência Hospitalar em 1946, os decretos-lei da luta contra a mendicidade e contra a lepra em 1947, a lei da luta contra as doenças contagiosas em 1949, a lei da luta contra a tuberculose em 1950. Regulamentos-se o ensino de enfermagem a cargo dos serviços de assistência, em 1947 e 1962. Em 1958, por falta das críticas desencadeadas na campanha das eleições presidenciais contra o estado sanitário do país, o subsecretariado da assistência social foi promovido a ministério da saúde e assistência. Não se passou porém, de mera modificação de estatuto para os titulares da pasta. Os meios materiais continuavam a ser os mesmos, a impossibilidade de coordenar os serviços doutros ministérios mantinha-se, e até o gabinete foi cedido de empréstimo

pelo ministério do interior. Em 1961 é criada pelo Decreto-Lei n.º 43 853 a Direcção-Geral dos Hospitais, mas só em 1963 é promulgado pela lei n.º 2120 de 19 de Julho o novo Estatuto da Saúde e Assistência.

Este texto representa em muitos aspectos um retrocesso ideológico em relação ao texto regulamentar de 1945 (35 108). No aspecto organizativo nada adiançou em relação à orgânica do Ministério e nem aclarou a dispersão de meios sob a responsabilidade de outros departamentos de estado.

Incapazes de agir com audácia, os responsáveis pela saúde limitaram-se a procurar estrair do sistema o máximo de rendimento que ele poderia dar. Já separado do ministério do interior, isolado e tratado como parente pobre do governo, o ministério da saúde acaba por mendigar as formas de financiamento dos estabelecimentos hospitalares. O Decreto-Lei 46 303 de 1965 e o L.S. Acordo entre a Direcção-Geral dos Hospitais e a Federação das Caixas de Previdência negociadas palmo a palmo entre quem nada tinha e quem alguma coisa podia dar, revelaram-se verdadeiros contratos leoninos em benefício da Previdência, pois o Estado acabava por pagar a diferença entre as tarifas políticas dos acordos e os custos reais dos serviços prestados. Desta forma o Estado financiava indirectamente os organismos da previdência — o que até se poderia aceitar se fosse premeditado e houvesse boas razões para o facto — e também os compromissos de seguros — o que já não é aceitável em circunstância alguma.

Adoptando alguns princípios da doutrina desenvolvida pelos médicos progressistas no «Relatório sobre as Carreiras Médicas» procurou o sector hospitalar

modernizar-se nos seus meios humanos e organizacionais. Tal se impunha face à procura crescente de cuidados médicos hospitalares pela população beneficiária da previdência. Daí resultou o chamado Estatuto Hospitalar (Decreto-Lei 48 357 de 27 de Abril de 1968) que pretendeu uniformizar a orgânica de funcionamento de todos os hospitais do país (oficiais e de misericórdias) e criar carreiras para pessoal médico, de enfermagem, de administração, de farmácia, que assegurassem a sua racional utilização.

Mas logo no final de 1968, com o início do consulado de Marcello Caetano, um novo ministro, médico, para conquistar as simpatias de alguns dos seus colegas mais afectadas pela disciplina exigida pela nova lei, declarou que o Estatuto Hospitalar não era para cumprir e iria ser revisto brevemente. Assim se manteve até ao aparecimento da nova legislação que pretendeu remodelar profundamente o sistema de saúde do país, o decreto-lei 483/71 de 27 de Setembro.

Nesta fase assistencial que decorre entre 1945 e 1971 iremos apreciar os textos fundamentais que atrás analisámos:

— O Decreto-Lei que reorganizou os serviços da Assistência (Decreto-Lei 35 108 de 7 de Novembro de 1945).

— O Estatuto da Saúde e Assistência (Lei n.º 2120 de 19 de Julho de 1963).

— O Estatuto Hospitalar (Decreto-Lei 48 357 de 27 de Abril de 1968).

(A análise deste último texto terá lugar no próximo número do EX-PRESSO, bem como a da 3.ª fase — Fase Sanitarista e ainda os resultados da reforma de 1971.)

171

Estatuto da Saúde e Assistência

a) Facto quase inimaginável, há onze anos, num regime que se considerava intervencionista ainda se afirmava que a acção do Estado no campo da saúde seria meramente supletiva em relação às iniciativas e instituições particulares! Ao Estado incumbia estabelecer os planos gerais, organizar e manter certos serviços que pelo superior interesse nacional ou pela sua complexidade não estivessem entregues à iniciativa privada (os de acção preventiva), e fomentar a criação de instituições particulares.

Da mesma forma, no que respeitava aos encargos com a instalação e funcionamento dos estabelecimentos e instituições de saúde e assistência, entendia-se que eles deviam ser suportados.

— em 1.º lugar, pela receita de quotizações, rendimento de bens próprios e pagamento de serviços prestados segundo tabelas aprovadas;

— em 2.º lugar pelo montante das heranças, legados e doativos recebidos;

— e somente em 3.º lugar intervenha o Estado a suportar os encargos, através da O. G. E. ou de subsídios do Governo e das autarquias.

Isto significa que passaram quase 20 anos sobre o seu apogeu, ainda

travessavam em Portugal as ideias «assistencialistas» e «caritativas», chegando ao ponto de se afirmar na base IV da lei, com um ênfase que hoje nos cobre de ridículo, que «o exercício individual ou colectivo da caridade ou beneficência é livre, salvo as restrições legais». Certamente podera correr-se o risco de alguém vir em subreptícia regulamentação extravagante, proibir silenciosa e malhadamente o exercício da caridade!

b) Tão forte tinha sido o empenho dado à prevenção pela reforma sanitária de Ricardo Jorge que os legisladores, passando que foi a fúria antifuncionária, começaram a considerar que a saúde pública deveria ser largamente incrementada e acarinhada. Desta vez vai-se mais longe. Considera-se que no sistema de saúde português deve conceder-se preferência à acção preventiva. Mais uma vez porém, nos ficamos nas boas intenções do legislador. Na prática, nunca tal preferência se verificou e foi necessário que decorressem mais oito anos para que estas afirmações demagógicas, fossem ao menos fundamentadas.

Tal como em 1945, o combate à doença abraça a acção preventiva, curativa e recuperadora, mas desta vez avança-se numa enumeração bastante perfeita e completa das

actividades a encasar, colocando logo à cabeça dias de saúde pública a «promoção da saúde». Ao menos, ao nível da linguagem, há maior clareza. Mas quando se propõem regras de acção começa a confusão de conceitos. Afirmações como «as actividades da medicina curativa e recuperadora devem ser exercidas em estreita ligação com as de natureza preventiva» não tem outro sentido que o de meras declarações de intenção, uma vez que não se sugerem ou apontam as fórmulas práticas desta ligação. Na verdade, a simples vontade de ligação em si, nada significa, e a nada conduz, como os anos seguintes vieram a demonstrar.

c) Especialista em arquitectura de conceitos, o nosso legislador de 1963, depois de cuidadosamente enumerar as actividades de saúde e assistência, as quais aseptavam que nem jazas nas três direcções-gerais existentes (saúde, hospitais e assistência) detêm-se na organização dos serviços, classificando-os em oficiais e particulares e em nacionais, regionais e locais. É flagrante, nesta orgânica territorial, o abandono do primado atrás conferido à prevenção. A saúde pública teria órgãos a nível distrital (delegações) e conceelho (subdelegações), mas não os teria ao nível da cir-

(Lei n.º 2.120 de 19 de Julho de 1963)

conscrição que agrega vários distritos (na altura ainda não era utilizado neste conceito o termo «região»). No campo hospitalar essa organização encontrava-se já avançada por existirem comissões inter-hospitalares. Mas a lei silenciava as plataformas de entendimento entre a saúde pública e os hospitais. E assim se viveu até aos anos setenta: parentes, sem se conhecerem, ou por vezes até, ignorando-se deliberadamente.

Ainda no que respeita a problemas de organização de serviços, ao Ministro da Saúde competia indicar a orientação técnica a seguir nos serviços de saúde e assistência de outros ministérios, designadamente quanto a higiene e medicina preventiva. Os factos vieram a demonstrar que não só nenhum outro departamento do Estado solicitou a ser de tal orientação (à excepção do Ultramar) como também nenhum aceitava as simples indicações de orientação técnica que a saúde tinha chegado a emitir. Eja esta a moeda corrente dos ministérios fascistas. Cada um trabalhava para si, e mesmo que stabilmente, o que interessava era marcar pontos, tirando aos outros departamentos as oportunidades de inovarem.

As comissões interministeriais

que a lei generosamente previa para evitar a sobreposição das actividades de saúde dependentes de vários ministérios, acabaram por sofrer o mesmo triste esquecimento.

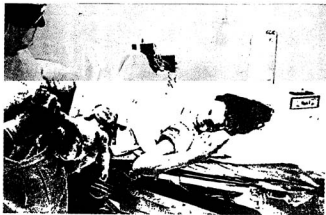
Voltando aos órgãos periticos, muito embora a lei dispusesse que existissem outros centros de saúde, sem os definir é certa, as misericórdias voltaram a ser engrinaldadas de flores: a elas competia, na sede do conceito o primeiro lugar nas actividades hospitalar e assistencial, quer pelas suas próprias actividades, quer como coordenadora de actividades desenvolvidas por outras instituições.

d) São breves as referências que o Estatuto da Saúde e Assistência dedica aos problemas do pessoal. Limita-se a clarificar o termo, distinguindo entre pessoal técnico e pessoal administrativo, e estabelecendo que deveria haver carreiras médicas (de saúde pública e hospitalar), farmacêuticas, de auxiliares da medicina, de serviço social, de enfermeiros, de pessoal de administração. Era a adopção da ideia das carreiras que tanto impacto causaram na opinião pública pela publicação ainda recente do famoso «Relatório sobre Carreiras Médicas». Simplesmente foi preciso esperar ainda cinco anos pela sua criação em texto

regulamentar, e alguns mais pela sua aplicação ou tentativa de aplicação.

e) Finalmente no que respeita à responsabilidade pelos encargos financeiros dos serviços prestados, decorrendo do papel que ao Estado cabia no campo da saúde, acabavam por ser os serviços assistidos, tal como em 1946, os primeiros responsáveis. Avançou-se apenas um pouco mais na montagem de uma máquina de caridade oficial, a cargo do conceito de «residência do assistido quando fosse «pobre indigente». Em tal circunstância, a Câmara Municipal pagaria qualquer coisa ao hospital (naquele que se perceivesse com os custos reais). As receitas iriam cobri-las de derramas lançadas sobre contribuições directas pagas pelos municípios. Regulamentada esta técnica em 1960 (Decreto-Lei 40 301) ela acabou por construir uma ficção de parcial financiamento hospitalar pelas autarquias locais e só recentemente foi abandonada (depois de largamente consagrada o seu efeito imoral e discriminatório, uma vez que as taxas de derramas nos concelhos pobres atingiam níveis de autêntica sangria dos colectados.

)73





... reflecte a exacta medida do nosso capitalismo

J75

Reorganização da Assistência Social

(Decreto 35.108 de 7 de Novembro de 1945)

a) Reconhecia-se expressamente o [...] lamentável atraso no campo da saúde e a necessidade de lutar energicamente contra a varíola, febre tifóide, difteria, malária, sífilis, tracoma, tuberculose e outras doenças evitáveis ou sociais que anualmente causavam dezenas de milhares de vítimas e diminuíam em muitas centenas de milhares de contos a riqueza da Nação, visto que o homem representa sempre o seu mais alto valor económico. «Era pouco vulgar a confusão dos interesses do fascismo ou da situação de atraso deste país fadado para tão históricos desígnios. Está-se portanto frente a uma nova mentalidade, cuja audácia não vai porém ao ponto de modificar o papel subsidiário do Estado no painel dos responsáveis pela saúde das populações.

Incapaz de procurar as verdadeiras causas das desigualdades económico-sociais procura-se atacar os seus efeitos mesmo pela repressão. Confessando-se que os meios financeiros da assistência são sempre escassos e insuficientes considera-se [...] necessário em primeiro lugar coibir os abusos, melhorar a distribuição dos socorros por forma que a caridade não ignore a justiça, e evitar a exploração por parte dos falsos mendigos e pseudo-necessitados.»

b) No que respeita ao sistema de saúde proposto consagrava-se a classificação que em técnica da saúde pública se faz entre prevenção-primária, secundária e terciária. Usando embora outra terminologia, propunham-se três tipos de assistência:

— assistência paliativa e curativa, cujo fim era minorar os sofrimentos e curar a doença;

— assistência preventiva, com vista ao combate às causas da doença através da luta contra os flagelos sociais;

— assistência construtiva, através da melhoria das condições de vida da população.

Afirmava-se que o número de casos de doença poderia diminuir em 1/3, caso se adoptassem eficazes medidas profiláticas, no campo da assistência preventiva. Ao nível teórico é considerável a incidência sobre a prevenção: «[...] de nada vale construir hospitais e sanatórios se o tratamento das doenças não for acompanhado de uma intensa acção

profilática que lhe reduza o número.»

Reconhecendo-se que dependia do nível de vida da população a defesa da saúde, estabeleceu-se a ligação estreita entre as medidas agora adoptadas e as que o governo recentemente adoptara (o responsável transitara de um subsecretariado para outro) no campo da política social: caixas de previdência, subsídios de reforma e invalidez, abono de família, dispensários, postos de consulta e centros de assistência social.

Não aparecendo ainda a concepção de um sistema unitário de saúde estabeleceu-se já a ligação entre as suas diversas componentes à espera de melhor ocasião para mais largos voos, que afinal nunca se realizaram.

No que respeita à tutela que o Estado exercia sobre as instituições particulares de assistência teve o legislador a coragem de separar as irmandades das misericórdias estatuidas que aquelas far-se-iam representar na mesa apenas por um dos seus membros. A medida, tomada com vista à racionalização do funcionamento interno das instituições, foi extremamente mal recebida por estas, ocupadas como estavam pelos elementos mais reacccionários e ferrociosamente clericais.

c) No que respeita à organização dos serviços de assistência social manteve-se a máquina anterior, talvez com maior reforço para os chamados órgãos de coordenação: Instituto de Assistência à Família, Maternal, Menores, Inválidos, Tuberculose. Para manter certa fidelidade à lei n.º 1998 afirmava-se que os institutos não substituíam as instituições particulares, antes as pressupunham, exercendo uma acção complementar em relação às necessidades que aquelas se mostrassem incapazes de satisfazer. Mas na realidade, a tarefa coordenadora dos institutos era em muito ultrapassada pelas suas missões específicas. Dotados de autonomia administrativa e financeira, de coordenadores passaram a verdadeiros órgãos descoordenados, já que a dupla dependência da Direcção-Geral de Saúde e da Direcção-Geral da Assistência os tornava mais livres por beneficiarem de bicfalismo.

No campo preventivo conderam-se outros meios de acção às

delegações e subdelegações de saúde que passaram a ser dotadas de pessoal em regime de dedicação exclusiva.

Reafirmam-se as importantes missões a correr à Inspeção de Assistência Social, órgão criado pelos imperativos da política de desoficialização. A Inspeção deveria ser dotada de pessoal com conhecimentos médicos, pedagógicos, administrativos, contabilísticos, de engenharia sanitária, etica para fiscalizar e apoiar tecnicamente as acções que a generosidade particular e o Estado promoviam.

d) Os problemas de pessoal eram pela primeira vez encarados por uma óptica desinteressada ao contrário da óptica repressiva até então utilizada. Reconhecia-se a necessidade «[...] de promover e intensificar a preparação do pessoal [...] de modo a assegurar a sua competência especializada e a formação moral necessária para consagrar a tão nobre tarefa o máximo da sua actividade.

Estatuia-se o regime de full-time para delegações e subdelegações de saúde e incompatibilidade de exercício de qualquer outro cargo oficial, inclusive o exercício da clínica particular.

Estabelecia-se também que só o pessoal dos órgãos centrais do ministério tinha a categoria de funcionário público. Os empregados dos serviços de assistência oficial (hospitais oficiais, p. ex.) consideravam-se sujeitos a um regime especial, intermédio de funcionário e do empregado de instituição particular de assistência.

e) Mantinha-se o esquema anterior de considerar o próprio assistido como primeiro responsável pelos encargos da assistência prestada. Para liquidação das responsabilidades criavam-se comissões arbitrais em Lisboa e Porto, criadas por magistrados judiciais dispostos as suas decisões de força executiva realizarem pela execução fiscal.

Nos grandes centros eram ainda criados centros de inquérito assistencial, considerados elementos indispensáveis de uma assistência equitativa e socialmente eficaz. A eterna contenda repressiva «[...] a mendicidade — exploração que faz da esmola modo de vida fácil e algumas vezes lucrativo.»